

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM**

CURSO DE GEOGRAFIA-LICENCIATURA

PATRÍCIA LAUTERT PIOTROWSKY

**GEOGRAFIA DOS CORPOS EM MOVIMENTO: FEMINISMOS E CORRIDA DE
RUA NO MUNICÍPIO DE GETÚLIO VARGAS/RS**

ERECHIM

2026

PATRÍCIA LAUTERT PIOTROWSKY

**GEOGRAFIA DOS CORPOS EM MOVIMENTO: FEMINISMOS E CORRIDA DE
RUA NO MUNICÍPIO DE GETÚLIO VARGAS/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito para obtenção do grau de
Licenciada em Geografia na Universidade Federal da
Fronteira Sul - Campus Erechim.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Vanessa de Faria Lindo

ERECHIM

2026

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Piotrowsky, Patrícia Lautert
GEOGRAFIA DOS CORPOS EM MOVIMENTO:: FEMINISMOS E
CORRIDA DE RUA NO MUNICIPIO DE GETÚLIO VARGAS/RS ? . /
Patrícia Lautert Piotrowsky. -- 2026.
90 f.

Orientadora: Dra Paula Vanessa de Faria Lindo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Geografia, Erechim,RS, 2026.

I. Lindo, Paula Vanessa de Faria, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

PATRÍCIA LAUTERT PIOTROWSKY

**GEOGRAFIAS DOS CORPOS EM MOVIMENTO: FEMINISMOS E CORRIDA
DE RUA NO MUNICÍPIO DE GETÚLIO VARGAS/RS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como
requisito para obtenção de grau de Licenciado no curso de
Geografia - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira
Sul – UFFS, *campus* Erechim.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca no dia
31/01/2026.

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **PAULA VANESSA DE FARIA LINDO**
Data: 31/01/2026 19:50:14-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Paula Vanessa de Faria Lindo (Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **CAROLINA RUSSO SIMON**
Data: 02/02/2026 16:07:54-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Carolina Simon – UNESP/Presidente Prudente (Avaliadora)

Documento assinado digitalmente
 **TALITA FERNANDES GONCALVES**
Data: 01/02/2026 23:24:47-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Talita Fernandes – Sec. Municipal de Educação de Porto Alegre
(Avaliadora)

Dedico este trabalho à Sandra Mara, cujo amor incondicional me conduziu à conexão com a espiritualidade e me fez chegar até o caminho da graduação. Seu olhar, mesmo em meio à escuridão, permitiu-me enxergar o quanto posso ser grande, desde que eu não me deixe desmotivar nem me perder diante dos obstáculos do caminho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à força maior da natureza, que reconheço e denomino Deus.

À espiritualidade, ao meu mentor (ou mentora) e à equipe espiritual que me orientam em todas as decisões e que, em nenhum momento, permitiram que eu me sentisse desamparada, mantendo-me na certeza de um caminho, por vezes, solitário, mas com a compreensão de que, embora só, nunca estive sozinha, sendo sempre intuída quanto às melhores escolhas. Eu sinto vocês.

Aos irmãos encarnados da Casa Espírita que frequento, pela acolhida amorosa, pelo afeto sincero e pela escuta atenta que me fortaleceram ao longo da caminhada.

À minha família

Ao meu primogênito, Igor, agradeço por ter-me revelado o amor masculino em sua forma mais genuína e por despertar, em mim, a esperança de educá-lo como um homem generoso, sensível e respeitoso com as mulheres. Em minha condição de mulher, mesmo diante das imaturidades da juventude e das adversidades da maternidade — uma das tarefas mais desafiadoras da vida, marcada pela doação diária e pelo amor genuíno — busquei guiá-lo com afeto, respeitar seu universo e acolher suas singularidades, na confiança de tê-lo criado com amorosidade. Confio, assim, na esperança de que caminhe como um homem melhor, capaz de reconhecer, valorizar e respeitar as mulheres, honrando a condição feminina, cultivando relações justas e levando consigo o amor que lhe dediquei.

À minha filha, Júlia, agradeço por ter-me escolhido como sua mãe. Seu olhar atento à minha trajetória acadêmica guia-me nas boas escolhas e na pesquisa pela reivindicação dos direitos das mulheres. Assim, reafirmo diariamente minha condição de mulher a partir do teu olhar cuidadoso e companheiro, buscando ser, para ti, o melhor exemplo possível. Que as barreiras e os obstáculos por mim enfrentados e superados possam abrir caminhos, facilitar escolhas e fortalecer teu caminhar como mulher, permitindo-te reconhecer teus direitos, apropriar-te plenamente dos espaços, não aceitar maus-tratos, impor limites, reivindicar teu lugar no mundo e jamais silenciar diante das injustiças impostas pelo gênero.

À Kalina, nora querida, que se uniu à nossa família para fortalecer o afeto e reafirmar que o amor genuíno não depende de laços sanguíneos. Como mulher, reconheço e compreendo tuas mazelas e, com elas, compactuo a partir da sororidade.

Reafirmamos, cotidianamente, as interseccionalidades discutidas por Collins e Bilge (2021), ao compreendermos que ser mulher é ser atravessada por múltiplas diferenças. Cada

uma de nós carrega sua visão de mundo, suas vivências e experiências de vida, e é justamente nessa diversidade que nos somamos, não por semelhança, mas por fortalecimento mútuo.

Que tua presença entre nós siga sendo espaço de acolhimento, construção e resistência, reforçando que as famílias também se constroem pelo cuidado, pelo afeto e pela luta compartilhada.

Às amigas

À Dienifer, grande amiga e ouvinte afetuosa, que em nenhum momento me deixou esmorecer na caminhada acadêmica. Nossos chimarrões afetuosos, nos finais de tarde da UFFS, serviram de âncora e motivação nos dias em que a esperança pela conclusão do curso parecia distante.

Tu foste uma das grandes facilitadoras desse percurso. Sem tua presença, eu não teria chegado até aqui. Tuas palavras, teu afeto e teu acolhimento diante das minhas dificuldades foram fundamentais. Sempre cuidadosa, respeitosa e dedicada, ensinaste-me e encorajaste-me com generosidade. Que sigas sempre gigante. Que os obstáculos da vida jamais endureçam teu nobre coração.

À irmã e colega de caminhada acadêmica que a UFFS me presenteou, Maria, reafirmo, em nossas conversas diárias, a tua imensa importância nessa jornada. Sem ti, sem a tua ajuda, eu não teria chegado até aqui. Seguimos juntas sonhando e projetando voos ainda maiores, e reitero a minha parceria para os congressos que virão e para todos os sonhos que ainda realizaremos. Que Oxalá nos guie em todas as viagens que planejamos e nas conquistas que ainda celebraremos. Minha gratidão por tua presença e tua escuta afetuosa. Caminhar contigo tornou essa jornada mais leve.

Às colegas Elis e Maiara, companheiras desde o início da graduação, conhecê-las e conviver com vocês ao longo desses anos deu sentido ao empenho e renovou a esperança nas frias noites da UFFS. Obrigada pelos momentos vividos juntas, pela parceria em nossos trabalhos de campo, pelos risos compartilhados e pela esperança cultivada nos dias difíceis. Tudo isso está eternizado entre as melhores lembranças da minha vida.

Às amigas Rosângela e Mari, por me ampararem, me acolherem, não me deixarem esmorecer na busca por este sonho e por insistirem em mim, mesmo quando tudo parecia ruir, minha eterna gratidão.

À minha orientadora, Professora Dra. Paula Lindo, mulher inspiradora, cuja competência acadêmica e sensibilidade feminina iluminaram e qualificaram minha escrita na conclusão deste trabalho. Agradeço pelo respeito a mim e à minha história. O mundo precisa de mulheres assim, que apoiam e encorajam outras mulheres.

À banca examinadora, Professora Dra. Carolina Simon e Professora Dra. Talita Fernandes, grandes professoras que inspiram e encorajam dentro e fora da academia, as quais tive a honra de conhecer e de ser aluna na UFFS, agradeço pela leitura atenta e cuidadosa deste trabalho. Suas contribuições certamente enriquecerão minha escrita, fortalecendo minhas reflexões e ampliando os debates no campo da Geografia Feminista, perspectiva que fundamenta e atravessa esta pesquisa.

Por fim, e não menos importante, às corredoras que prontamente participaram deste trabalho, enriquecendo-o com suas histórias de luta e resistência na busca pelo direito pleno e igualitário ao espaço urbano do município, deixo meu sincero agradecimento.

.

"A corrida me lembra que eu consigo fazer coisas difíceis. Isso me capacita em quase todos os aspectos da minha vida. De alguma forma penetrou em minhas lentes do mundo e em como vejo a vida."

(Marie Krueger-Miller)

RESUMO

O presente trabalho analisa o desenvolvimento do pensamento feminista e suas implicações na luta das mulheres pelo direito ao corpo, à educação e ao espaço público, com foco especial na prática esportiva da corrida de rua. O estudo fundamenta-se em uma revisão bibliográfica de autoras clássicas e contemporâneas para compreender o feminismo como um movimento que reivindica a autonomia feminina frente às bases patriarcais que, historicamente, excluíram as mulheres da vida política e intelectual. A trajetória das mulheres no esporte é examinada desde a proibição da participação feminina nos primeiros Jogos Olímpicos modernos até a conquista de marcos simbólicos, como a participação de Kathrine Switzer na Maratona de Boston e de Maria Lenk no cenário nacional. No contexto contemporâneo da quarta onda feminista, a pesquisa discute como o uso de tecnologias digitais e a perspectiva da interseccionalidade potencializam a ocupação dos territórios urbanos pelas mulheres. O cenário da investigação é o município de Getúlio Vargas (RS), onde se observa um crescimento expressivo na participação feminina em eventos de corrida de rua: de 14 mulheres, em 2016, para 153 participantes, em 2025, representando um aumento aproximado de 993% no número de mulheres participantes ao longo de nove anos. Por meio de observações de campo e da vivência situada da autora como corredora, a pesquisa identifica que, embora a infraestrutura urbana tenha evoluído, limitações como a iluminação insuficiente ainda condicionam a apropriação do espaço pelas mulheres em determinados períodos do dia. Conclui-se que a corrida de rua em Getúlio Vargas constitui um ato de resistência e de apropriação simbólica do espaço urbano, desafiando normas de gênero e reafirmando o direito das mulheres à cidade e à autonomia corporal.

Palavras-chave: Feminismo. Esporte. Corrida de Rua. Espaço Urbano. Getúlio Vargas/RS.

ABSTRACT

This paper analyzes the development of feminist thought and its implications on the struggle of women for the right to their body, to education and to public spaces, with focus on road running as a sport practice. The study is based on a bibliographic review of classic and contemporary women authors to comprehend feminism as a movement that advocates women's autonomy against the patriarchal structures that historically have excluded women from political and intellectual life. Women's trajectory in sport has been examined since the prohibition of female participation in the first modern Olympic Games to the achievement of symbolic milestones, like Kathrine Switzer's participation in the Boston Marathon and Maria Lenk in national scenario. In the contemporary context of the fourth feminist wave, the research discusses how the use of digital technologies and the intersectionality perspective enhance the occupation of urban territories by women. The scenario of investigation is the municipality of Getúlio Vargas (RS), where it's been observed an expressive increase of feminine participation in road running events, from 14 in 2016 to 153 women participants in 2025, in other words, an approximate increase of 993% in the number of women participants in 9 years. Through field observations and the author's lived experience as a runner, the paper identifies that, despite the urban infrastructure has evolved, limitations like insufficient lighting still determine the appropriation of spaces by women in specific periods of the day. It is concluded that road running in Getúlio Vargas constitutes an act of resistance and of symbolic appropriation in urban spaces, challenging gender norms and reaffirming women's right to the city and to bodily autonomy.

Keywords: Feminism. Sport. Road Running. Urban Spaces. Getúlio Vargas/RS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Kathrine Switzer na prova da Maratona de Boston em 1967.....	44
Figura 2 - Primeira vencedora da São Silvestre em 1975, a alemã Christa Vahlensieck.	45
Figura 3 - Primeira brasileira vencedora da São Silvestre (1995), Carmen Oliveira.	46
Figura 4 - Largada da 7ª Rústica de Getúlio Vargas/RS (2022).....	53
Figura 5 - Largada da 8ª Rústica da Cidade de Getúlio Vargas/RS, área central do município	53
Figura 6 - Corredora entrevistada (Corredora 1) durante a Rústica noturna de Getúlio Vargas/RS (2025), em frente à igreja matriz do município	55
Figura 7 - Premiação geral feminina da Rústica de Getúlio Vargas/RS (2019).....	56
Figura 8 - Localização do trajeto urbano da Rústica de Getúlio Vargas RS.....	58
Figura 9 - Ginásio Municipal Ataliba Flores, Getúlio Vargas/RS	61
Figura 10 - Via pedestre/ciclista utilizada para caminhadas, corridas e ciclismo em Getúlio Vargas/RS.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participantes femininos e masculinos acima de 18 anos das edições 2016, 2018, 2019, 2021, 2024 e 2025 da Rústica do município.....	56
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação das entrevistadas	22
Quadro 2 - Estrutura das entrevistadas por eixos de desenvolvimento.	23
Quadro 3 - Relação entre as categorias embasadoras e os objetivos atribuídos à cada uma ..	24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da participação feminina e masculina em eventos de corrida de rua em Getúlio Vargas.....	57
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAU	Amateur Athletic Union
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
B	Branca
C	Casada
EFE	Educação Física Escolar
GV	Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPU	Movimento Popular Urbano
ONU	Organização das Nações Unidas
RS	Rio Grande do Sul
S	Solteira
SF	Sem Filhos
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TF	Tem Filhos
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. MATERIAIS E MÉTODOS	21
3. A HISTÓRIA DO FEMINISMO PARA COMPREENDER A RELAÇÃO DAS MULHERES COM O ESPORTE	26
3.1 ORIGENS DO FEMINISMO: O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO FEMINISTA E SUAS ONDAS HISTÓRICAS	26
4. MULHERES E O DIREITO AO ESPAÇO PÚBLICO: COMO A LUTA FEMINISTA REINVINDICOU A PRESENÇA DAS MULHERES EM DIFERENTES ESFERAS?	37
4.1 O FEMINISMO E A DISPUTA POR ESPAÇO PÚBLICO.....	37
4.2 MULHERES NO ESPORTE: A TRAJETÓRIA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ESPORTE, INCLUINDO BARREIRAS E CONQUISTAS	39
5. MULHERES EM MOVIMENTO: A CORRIDA DE RUA COMO DISPUTA PELO ESPAÇO URBANO EM GETÚLIO VARGAS/RS.....	48
5.1 RUPTURA E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PELAS MULHERES.....	49
5.2 CORRIDA DE RUA EM GETÚLIO VARGAS/RS	52
5.3 PERCURSOS, LUGARES DE TREINO E DINÂMICAS ESPACIAIS DA CORRIDA EM GETÚLIO VARGAS	58
5.3.1 A pesquisadora-corredora e a observação situada.....	58
5.3.2 A Rústica de Getúlio Vargas e a cidade como espetáculo esportivo	59
5.3.3 Treinos cotidianos e estratégias de uso do espaço urbano.....	60
5.3.4 A pista atlética como equipamento multifuncional e construção da via pedestre ciclista.....	61
6 CORPO, GÊNERO E ESPAÇO URBANO: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES CORREDORAS EM GETÚLIO VARGAS.....	64
6.1 TRAJETÓRIA DAS ENTREVISTADAS	65
6.2 EXPERIÊNCIA E PERCEPÇÕES DAS ENTREVISTADAS SOBRE O ESPAÇO URBANO	69
6.3 SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELAS ENTREVISTADAS À CORRIDA.....	76
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICE A	86
APÊNDICE B.....	88

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho investiga a trajetória das mulheres na corrida de rua, analisando como essa prática esportiva se consolida como um ato de resistência e apropriação do espaço público. Historicamente, a organização social impôs uma divisão rígida entre o doméstico e o político, confinando os corpos femininos à esfera privada e ao cuidado familiar. Conforme Mary Wollstonecraft (2016), essa exclusão baseava-se em uma suposta fragilidade que negava às mulheres sua dignidade e condição de sujeitos racionais. Complementarmente, Gerda Lerner (2019) demonstra que o patriarcado não é um fenômeno biológico natural, mas uma construção histórica desenvolvida para sustentar a dominação masculina.

A análise percorre as diferentes ondas do movimento feminista para compreender como as reivindicações por autonomia corporal e direitos civis transformaram a relação das mulheres com a cidade. Segundo Guimarães (2005), o feminismo desenvolveu-se como uma teoria crítica que evidenciou a origem social dos papéis de gênero, desafiando as interpretações que naturalizam a dominação masculina. De forma semelhante, Simone de Beauvoir (2016) rompe com perspectivas biologizantes ao afirmar que a subordinação feminina é fruto de construções culturais que produzem desigualdades. Essas teorias fundamentam a compreensão do esporte como um campo de disputa política e social.

No âmbito geográfico, a pesquisa utiliza o conceito de interseccionalidade para explicar a complexidade das experiências individuais na vida cotidiana e a influência das relações de poder. Para Collins e Bilge (2021), categorias como raça, classe e gênero moldam-se mutuamente, definindo como diferentes grupos de mulheres acessam ou são excluídos do território. Donna Haraway (2015) reforça que as mulheres não são sujeitas passivas, mas agentes ativos que redefinem as fronteiras entre o público e o privado por meio de suas práticas. Assim, o ato de correr torna-se uma forma de conhecimento localizado e uma ferramenta de transformação espacial.

Minha vivência como corredora há mais de dez anos em Getúlio Vargas (RS) permite uma análise aprofundada das dinâmicas espaciais e das barreiras cotidianas. Conforme apontam Ramos e Milani (2022), o corpo feminino não apenas ocupa espaços, mas também produz novas territorialidades e ressignifica o espaço público por meio de sua presença. Para Massey (2008), o espaço é relacional e dinâmico, sendo atravessado por geometrias de poder que influenciam as formas de circulação e permanência das mulheres. Correr na cidade revela as tensões entre a liberdade de movimento e os limites impostos pela insegurança urbana.

A trajetória das mulheres no esporte é marcada por uma luta constante contra a medicalização do corpo feminino e os discursos que visavam ao controle de sua biologia. Segundo Goellner (2003), durante décadas, a ciência foi utilizada para justificar a exclusão das mulheres de modalidades que exigissem resistência física, sob o pretexto de preservar a função reprodutiva. Para Rubio (2021), essa visão limitadora relegou as atletas a um papel de inferioridade, exigindo que elas rompessem com estereótipos de fragilidade para serem aceitas. Ao longo de dez anos de prática na corrida de rua, percebo como esses estigmas ainda ecoam em comentários cotidianos sobre a capacidade feminina.

A transição para a chamada "quarta onda" do feminismo trouxe novas ferramentas para a ocupação do espaço público por meio das tecnologias digitais e da conectividade. De acordo com Castells (2011), as redes sociais funcionam como espaços de mobilização que permitem que vozes historicamente silenciadas encontrem eco e formem redes de apoio mútuo. No contexto da corrida, autoras como Pérez Ugena (2020) destacam que as comunidades virtuais de mulheres corredoras fortalecem a identidade coletiva e incentivam a ocupação das ruas. Essa conectividade transforma o ato individual de correr em um movimento de visibilidade política, mediado pelo compartilhamento de experiências digitais.

A análise da corrida de rua sob o prisma da interseccionalidade revela que a experiência de ocupar a cidade não é uniforme para todas as mulheres. Para Collins e Bilge (2021), as desigualdades estruturais cruzam-se de forma a produzir vulnerabilidades específicas, dependendo da classe social ou da raça da praticante. Akotirene (2019) reforça que o feminismo deve considerar essas nuances para evitar uma visão universalista que ignore as barreiras enfrentadas por mulheres periféricas. Em Getúlio Vargas (RS), a observação dos locais de treino demonstra como a geografia urbana privilegia determinadas áreas em detrimento de outras, afetando o acesso democrático ao esporte.

O conceito de "direito à cidade" é fundamental para compreender a corrida como uma prática de cidadania ativa e de reivindicação territorial. Harvey (2014) defende que o direito à cidade é o direito de mudarmos a nós mesmos ao transformarmos a cidade de modo a atender aos nossos desejos coletivos. Para Lefebvre (2001), esse direito implica uma participação direta na gestão do espaço urbano, o que, para as mulheres, significa transitar livremente, sem medo. A experiência de correr permite-me identificar como a presença feminina nas ruas de Getúlio Vargas (RS) impulsiona uma renegociação constante do uso do espaço público.

A insegurança urbana surge como um dos principais obstáculos à plena autonomia das mulheres no espaço público, afetando diretamente suas rotinas de treino. Conforme aponta Jacobs (2011), o conceito de "olhos da rua" é essencial para a segurança, pois a presença de

pessoas e o uso misto dos espaços geram proteção. Contudo, em áreas com iluminação deficiente, como as vias de acesso de Getúlio Vargas (RS), essa vigilância natural falha, expondo as corredoras a maiores riscos. Para Falú (2009), o planejamento urbano frequentemente ignora a perspectiva de gênero, resultando em espaços hostis ao corpo feminino durante a noite.

A prática da corrida de rua em Getúlio Vargas permite observar como a infraestrutura urbana reflete desigualdades de gênero enraizadas na ocupação do território. Segundo Massey (2008), o espaço é produto de relações sociais permeadas por relações de poder, nas quais o domínio masculino se materializa na arquitetura das cidades. Para Haraway (2009), a visão de mundo é sempre situada, e a experiência da mulher corredora oferece uma perspectiva crítica sobre a forma como os lugares são concebidos. Ao percorrer a via de pedestres no acesso entre o centro e os bairros, percebo que a falta de iluminação não é apenas uma falha técnica, mas também uma barreira à liberdade feminina.

O crescimento da participação feminina na Rústica de Getúlio Vargas, passando de 14 para 153 inscritas, demonstra uma mudança significativa no comportamento social local. Conforme Goellner (2012), os ecos dos movimentos feministas projetam novas perspectivas para as mulheres brasileiras, possibilitando a ocupação de espaços antes considerados masculinos. Para Dallari (2009), a corrida de rua consolidou-se como um fenômeno sociocultural contemporâneo que permite a ressignificação do cotidiano por meio do esporte. Essa evolução quantitativa sinaliza uma ruptura com o ideal de fragilidade que historicamente cercou o corpo da mulher.

No Brasil, o acesso das mulheres às modalidades de longa distância foi tardio devido a decretos proibitivos que permaneceram em vigor até o final da década de 1970. Souza e Mourão (2011) apontam que tais normas visavam proteger a "natureza feminina", mas, na verdade, serviam como instrumentos de controle social. De acordo com Rubio e Veloso (2019), a revogação dessas leis permitiu que a atleta deixasse de ser vista como uma usurpadora para afirmar-se como um sujeito de direitos e de potência. Minha trajetória na corrida de rua é fruto direto dessa conquista legal e da persistência das gerações anteriores de corredoras.

A interseccionalidade proposta por Collins e Bilge (2021) é fundamental para compreender que o ato de correr não é vivenciado da mesma forma por todas as mulheres. Fatores como classe social e raça articulam-se ao gênero para produzir diferentes níveis de segurança e acesso aos espaços de treinamento. Conforme observa Guimarães (2005), o poder masculino transcende as relações entre os sexos e reflete-se na organização de toda a sociedade.

Em Getúlio Vargas (RS), o perfil socioeconômico das praticantes influencia as estratégias de autoproteção adotadas durante os percursos.

A quarta onda do feminismo, iniciada por volta de 2012, fortaleceu as redes digitais como ferramentas de denúncia e organização coletiva. Para Perez e Ricoldi (2023), as mobilizações on-line extrapolam o ambiente virtual e reverberam na ocupação concreta das ruas pelos corpos femininos. Buarque de Hollanda (2018) destaca que o uso de hashtags e relatos em tempo real potencializa a política da visibilidade. Grupos de corrida feminina utilizam essas tecnologias para criar redes de apoio que proporcionam maior sensação de segurança durante os treinos.

O planejamento urbano de Getúlio Vargas, embora conte com espaços dedicados, como o Ginásio Ataliba Flores, ainda apresenta desafios para o treinamento técnico. Segundo Dallari (2009), a corrida de rua depende de políticas públicas que assegurem não apenas a infraestrutura, mas também a segurança e a permanência dos praticantes nos espaços urbanos. O IBGE (2025) aponta que a alta frota de veículos no centro da cidade força as corredoras a disputarem espaço com o tráfego intenso. Essa disputa espacial revela que a cidade ainda não é plenamente acessível para quem busca qualidade técnica no treinamento.

A trajetória da nadadora Maria Lenk e da maratonista Kathrine Switzer ilustra a persistência feminina diante das interdições institucionais impostas ao esporte. Para Rubio (2021), a conquista do espaço esportivo nunca foi uma concessão, mas uma vitória alcançada por meio de lutas contínuas e, muitas vezes, silenciadas. Conforme Dallari (2009), a coragem de Switzer, em 1967, ao correr a Maratona de Boston, tornou-se um símbolo mundial de resistência às normas vigentes. Esses marcos históricos sustentam a legitimidade da minha presença nas ruas atualmente, transformando cada quilômetro percorrido em um ato de afirmação.

O corpo feminino que corre não é um objeto passivo, mas um agente produtor de espaço, capaz de reconstruir significados urbanos tradicionais. Para Ramos e Milani (2022), o corpo corporifica o sujeito social e constitui parte essencial da produção histórica do território. De acordo com Haraway (2009), ao circular por espaços tradicionalmente considerados masculinos, a mulher desafia normas que procuram restringir sua mobilidade. Minha permanência na corrida reforça que a visibilidade feminina nas ruas é necessária para transformar a cidade em um ambiente mais inclusivo.

As motivações que levam as mulheres do município à prática da corrida envolvem a busca por saúde, bem-estar e pela construção de uma identidade autônoma. Conforme Pinto (2010), a autonomia feminina constitui o pilar central do movimento que reivindica o direito de

cada mulher decidir sobre o próprio corpo. Para Goellner (2005), as práticas corporais promovem benefícios físicos e mentais, permitindo a conquista do espaço público sob o signo do lazer e da liberdade. A corrida oferece flexibilidade de horários, possibilitando conciliar as demandas profissionais com o autocuidado.

Segundo Dallari (2009), o compartilhamento do espaço urbano exige uma negociação constante entre os diferentes usos e usuários da cidade. Para Rubio (2021), o esporte é um campo onde se projetam as tensões presentes em diferentes esferas sociais e políticas. Ao articular teoria geográfica e vivência atlética, este trabalho pretende contribuir para uma Geografia mais sensível às questões de gênero e às territorialidades femininas.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar como a corrida de rua no município de Getúlio Vargas (RS) ressignifica o direito à cidade a partir da experiência das mulheres. Para tanto, busca compreender o desenvolvimento do pensamento feminista em sua relação com o esporte, identificar marcos históricos e simbólicos que marcaram a inserção das mulheres nas práticas esportivas, observar a presença feminina nos eventos de corrida locais e descrever os percursos e os espaços de treinamento utilizados pelas corredoras. A partir da articulação entre vivência atlética e teoria geográfica, pretende-se contribuir para uma abordagem sensível às territorialidades femininas e às dinâmicas espaciais que atravessam o corpo, a cidade e os direitos de circulação e pertencimento.

O trabalho está organizado em três capítulos: o primeiro aborda a história do feminismo e sua relação com o esporte; o segundo analisa o crescimento da participação feminina nos eventos de corrida de rua no município; e o terceiro descreve os percursos de treinamento, os espaços ocupados pelas mulheres e as dinâmicas espaciais que caracterizam essa prática.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de cunho social e geográfico, utilizando como estratégia principal a pesquisa de campo e o levantamento documental. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa aplicada visa atender a demandas concretas da realidade social, articulando a teoria acadêmica com a prática pedagógica e social.

O estudo caracteriza-se, ainda, pela utilização da perspectiva dos saberes localizados, conforme proposto por Donna Haraway (2009), reconhecendo que a objetividade científica é alcançada por meio de uma visão parcial e situada, que valoriza o corpo da pesquisadora como instrumento de análise. Nesse sentido, minha experiência como corredora no município de

Getúlio Vargas (RS) não constitui apenas um contexto biográfico, mas também a base para uma observação participante aprofundada sobre as dinâmicas de gênero e as transformações do espaço urbano.

Os procedimentos metodológicos foram divididos em três etapas complementares. A primeira consistiu em uma revisão bibliográfica sistemática sobre o desenvolvimento do pensamento feminista, a história das mulheres no esporte e os conceitos de Geografia Feminista e interseccionalidade, fundamentando-se em autoras como Goellner (2006), Rubio (2019) e Collins e Bilge (2021). A segunda etapa compreendeu a coleta de dados documentais e quantitativos, utilizando registros fornecidos pela empresa Inspira Eventos para tabular a evolução da participação feminina nas rústicas municipais entre os anos de 2016 e 2025. Essa análise documental permitiu identificar um aumento significativo, de 14 para 153 participantes femininas, fornecendo evidências concretas para a discussão sobre a ocupação feminina do território.

A terceira etapa envolveu a observação de campo e a percepção empírica da autora sobre os percursos de treinamento e competição na cidade. Foram analisadas as dinâmicas espaciais de locais estratégicos, como o Complexo Esportivo Ataliba José Flores e a via de pedestres no acesso entre o centro e os bairros, considerando aspectos relacionados à infraestrutura, à iluminação, à segurança viária, à circulação de pessoas e a outros elementos diretamente associados à experiência das mulheres na corrida de rua.

Foram realizadas quatro entrevistas com mulheres corredoras de 24, 41, 43 e 44 anos, residentes nos municípios de Getúlio Vargas (RS) e Erebangó (RS). As participantes foram selecionadas com base em sua participação ativa em treinamentos realizados nas áreas urbana e rural e em eventos de corrida de rua, incluindo a Rústica de Getúlio Vargas, conforme o perfil apresentado na tabela a seguir.

Quadro 1 - Relação das entrevistadas

Entrevistadas	Idade	Casada	Filho(a)	Experiência na corrida de rua	Município	Ocupação/trabalho
Entrevistada 1	43 anos	Sim	Sim	5 anos	Getúlio Vargas/RS	Professora de Língua Inglesa/Empresária
Entrevistada 2	41	Sim	Sim	Mais de 10	Getúlio	Pedagoga

	anos			anos	Vargas/RS	
Entrevistada 3	44 anos	Não	Sim	Mais de 20 anos	Erebango/ RS	Pedagoga/ Estudante de Psicologia
Entrevistada 4	24 anos	Não	Não	5 anos	Getúlio Vargas/RS	Estudante de Pedagogia/ Monitora escolar

Fonte: Elaborado pela autora, (2026).

As entrevistas ocorreram por meio da plataforma *Google Meet*, sendo gravadas mediante autorização prévia das participantes, assegurando o anonimato e a confidencialidade das informações. As entrevistas foram posteriormente transcritas com o auxílio do *software KoboToolbox*, utilizando a ferramenta de transcrição automática, seguida de revisão manual para garantir fidelidade às falas. O roteiro de entrevista, apresentado no Apêndice A, foi estruturado em cinco partes, totalizando doze perguntas, conforme descrito.

Quadro 2 - Estrutura das entrevistadas por eixos de desenvolvimento.

Estrutura das entrevistas	
Eixo 1 - Início da entrevista	• Apresentação da pesquisadora e da pesquisa; • Esclarecimentos sobre o uso e tratamento das informações; • Esclarecimento sobre a confidencialidade das informações e solicitação de autorização para gravações.
Eixo 2 - Trajetória na corrida de rua	• Motivo que impulsionou o início na corrida de rua; • Contextualização do começo na prática da corrida de rua; • Compreensão sobre a participação nas corridas ao longo do tempo (eventos, frequência, grupos).
Eixo 3 - Experiência e percepções	• Experiência nos eventos de Getúlio Vargas (considerando organização,

	percurso e ambientação); • Locais/trajetos evitados nos treinos e motivos pelas escolhas; • Necessidade de adaptação de horários, vestimentas ou percursos por ser mulher; • Percepção sobre o espaço urbano;
Eixo 4 - Significado atribuído à corrida	• Que sentido a corrida de rua tem atribuído ao seu cotidiano, saúde, relações e ocupação dos espaços urbanos voltados ao esporte; • Como a corrida contribui para a ocupação da cidade; • Transformações no jeito com que as mulheres se relacionam com o espaço urbano a partir da corrida.
Eixo 5 - Considerações finais/Enceramento	• Comentário ou reflexão final realizado pelas entrevistadas; • Autorização para contato posterior, se necessário.

Fonte: Elaborado pela autora, (2026).

Conforme defende Massey (2008), o espaço é entendido como um produto de relações sociais permeadas por relações de poder. Assim, a interpretação das trajetórias das corredoras em Getúlio Vargas buscou evidenciar como o corpo feminino em movimento tenciona normas de gênero, produz novas espacialidades e reivindica, cotidianamente, o direito à cidade. Desta forma, as seguintes categorias de análise visam explorar os sentidos atribuídos à corrida (autonomia, saúde, liberdade), às percepções da cidade (segurança, medo, iluminação), as estratégias de uso do espaço urbano e as relações de gênero e esportividade.

Quadro 3 - Relação entre as categorias embasadoras e os objetivos atribuídos à cada uma

Categoria Temática	Relação com os objetivos
Corpo e autonomia	Feminismo e apropriação urbana
Espaços de medo e cuidado	Direito à cidade e gênero
Trajetória e pertencimento	Mulheres no esporte
Corrida como resistência	Cidade, corpo e política

Fonte: Elaborado pela autora, (2026).

Para cada categoria de análise utilizada, procedeu-se à descrição e interpretação do conteúdo, à inserção de trechos selecionados das falas, mas respeitando os cuidados éticos e o anonimato das participantes, e à articulação com a bibliografia discutida nos capítulos teóricos.

3. A HISTÓRIA DO FEMINISMO PARA COMPREENDER A RELAÇÃO DAS MULHERES COM O ESPORTE

“É hora de efetuar uma revolução nos modos das mulheres — hora de devolver-lhes a dignidade perdida — e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar reformando a si mesmas para reformar o mundo.”

— Mary Wollstonecraft, *Reivindicação dos direitos da mulher*

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um panorama histórico do desenvolvimento do pensamento feminista e suas implicações na luta das mulheres pelo direito ao corpo, à educação, ao trabalho e, de modo mais amplo, ao espaço público. Buscaremos compreender como, ao longo das diferentes ondas do feminismo, foram sendo questionadas as bases patriarcais que sustentaram a exclusão das mulheres da vida política, intelectual e esportiva. A análise se fundamenta em autoras clássicas e contemporâneas, como Mary Wollstonecraft (2016), Gerda Lerner (2019), Donna Haraway (2015), Patricia Hill Collins (2021), Simone de Beauvoir (2016) e Guimarães (2005), **que** nos possibilita compreender o feminismo como movimento histórico, teórico e político que reivindica a autonomia e a visibilidade das mulheres em diferentes esferas sociais. A partir dessas perspectivas, propomos uma reflexão sobre a relação entre feminismo e esporte, evidenciando como a presença feminina nas práticas esportivas, focando especialmente nas corridas de rua, constitui um ato de resistência e de apropriação simbólica do espaço urbano.

3.1 ORIGENS DO FEMINISMO: O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO FEMINISTA E SUAS ONDAS HISTÓRICAS

O feminismo surge como um movimento libertário que, segundo Pinto (2010), não se limita à busca pela inserção da mulher no mercado de trabalho, na vida pública ou na educação, mas propõe uma nova configuração das relações entre homens e mulheres. Enfatiza, de forma preponderante, a autonomia feminina e o direito de cada mulher decidir sobre sua própria vida e seu corpo. O caráter pioneiro desse movimento reside na denúncia de uma forma específica de dominação, distinta da dominação de classe, que é a dominação do homem sobre a mulher, e que a individualidade de todas não pode ser representada apenas por um extrato de uma camada social, visto que cada uma tem suas características próprias.

O movimento feminista, em sua trajetória histórica, não surge de forma imediata e homogênea em todos os países. Antes mesmo de o termo feminismo consolidar-se como uma

expressão unificadora das lutas das mulheres, já existiam manifestações de resistência, organização e ativismo feminino em diversas partes do mundo. Incipientes ainda e não reconhecidas como movimento feminista, representavam formas concretas de contestação às estruturas patriarcais e de reivindicação por direitos civis, políticos e sociais, como observa Guimarães (2005).

Ao abordar os marcos iniciais do feminismo, é necessário compreender que sua história é complexa, múltipla e marcada por diferentes contextos culturais, econômicos e políticos. Sendo assim, seria impossível contemplar, em uma única narrativa, todos os processos e movimentos feministas desenvolvidos globalmente. Seu surgimento está relacionado às transformações sociopolíticas da Europa Ocidental a partir do século XVIII, “especialmente ao desenvolvimento das ideias democráticas e aos acontecimentos da Ilustração, da Revolução Americana e da Revolução Francesa, tendo raízes anteriores a esse período” (Guimarães, 2005, p. 78). Dessa forma, o feminismo desenvolve-se simultaneamente como uma teoria que propõe uma revisão crítica das concepções históricas acerca das mulheres, evidenciando que os papéis a elas atribuídos têm origem social, e não natural ou biológica, e como um movimento coletivo, formado por mulheres empenhadas em enfrentar e transformar sua condição específica de opressão. Segundo Lerner (2019), o patriarcado não é um fenômeno biológico ou natural**, mas** uma construção social e histórica desenvolvida ao longo do tempo.

A partir desse período, intensificaram-se as reivindicações feministas por igualdade política e jurídica entre homens e mulheres, acompanhadas do surgimento de textos que propunham uma leitura da realidade sob uma ótica feminina, em oposição à interpretação da dominação masculina sobre o papel social da mulher (Gonçalves, 2005).

Mary Wollstonecraft (1759-1797), filósofa inglesa, é reconhecida como uma das precursoras do pensamento feminista ocidental. Em sua obra *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), traduzida para o português como *Uma Reivindicação dos Direitos da Mulher*, a autora defende a igualdade intelectual e moral entre homens e mulheres, sustentando a ideia radical, para a época, de que as mulheres são sujeitos racionais e, portanto, merecedoras dos mesmos direitos civis e educacionais. O livro, que pode ser considerado um dos fundadores da teoria feminista, é uma resposta à Constituição Francesa de 1791, que não incluía as mulheres na categoria de cidadãs. Conforme Guimarães (apud Cobo, 2005, p. 80), “[...] um texto básico do qual o feminismo não se pode desvincular da Ilustração [...]”.

No Brasil, destaca-se Esperança Garcia, mulher negra e escravizada no Piauí, autora de uma carta endereçada ao governador da província em 1770. Nesse documento, considerado um dos primeiros registros de reivindicação por direitos no país, Garcia denuncia as condições de

opressão impostas aos negros e às mulheres escravizadas, manifestando uma consciência de justiça e humanidade que antecipa elementos fundamentais das lutas feministas brasileiras (Burigo, 2023).

Outra brasileira foi Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885). Nísia Floresta, mulher branca, era filha de um advogado, o que lhe possibilitou acesso à educação e à produção literária em um contexto historicamente restrito às mulheres. Foi educadora, escritora e poetisa brasileira, destacando-se como uma das pioneiras na defesa da educação feminina e na denúncia das desigualdades vivenciadas pelas mulheres de seu tempo. Sua obra *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* constitui um marco na história do feminismo no Brasil, ao expressar, por meio da escrita, a luta por igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, especialmente no acesso à educação (Brasil, 2025). Essas experiências, embora situadas em contextos espaciais e sociais distintos, revelam que as demandas por dignidade, reconhecimento e direitos das mulheres, bem como o reconhecimento de que as mulheres também são humanas e produtoras de conhecimento, não se restringiram a um território específico. Elas compõem, de maneira complementar, o panorama histórico que permitiu a consolidação do feminismo enquanto movimento social e campo teórico.

Embora a divisão sexual do trabalho tenha raízes anteriores à Revolução Industrial, a sociedade capitalista intensificou a segregação entre espaços públicos e privados, consolidando uma hierarquia de gênero nos locais de produção e reprodução. A partir da perspectiva de Donna Haraway (2015), é possível compreender que as mulheres não são meramente sujeitas passivas dessa organização espacial, mas agentes ativos que interagem com os espaços sociais, tecnológicos e geográficos, modificando-os e redefinindo as fronteiras entre o público e o privado. Assim, os corpos femininos e suas práticas cotidianas constituem elementos centrais na configuração do espaço social e geográfico. A luta pelo sufrágio feminino emergiu como prioridade, sendo vista como meio de garantir direitos civis, como a propriedade, a reforma do matrimônio e as liberdades individuais (Guimarães, 2005).

O conceito de gênero, conforme proposto por Collins e Bilge (2021), permite compreender como gênero, raça, classe e outras categorias sociais se entrelaçam, contribuindo para um exercício contínuo de revisão crítica e de superação de paradigmas excludentes.

Diante desse arranjo espacial, o capitalismo intensificou as desigualdades entre os sexos: as mulheres das classes abastadas mantinham-se confinadas ao lar, muito prestativas ao homem, enquanto aquelas das classes baixas passaram a ocupar postos industriais com salários inferiores e maior submissão, enfrentando, com isso, a dupla jornada, visto que lhes cabia também o trabalho materno e doméstico. "[...] trabalho-utilidade, sem valor de troca, todavia

indispensável à reprodução da força de trabalho realizado na casa — este foi o quinhão que coube às mulheres nessa nova forma da antiga divisão sexual do trabalho" (Guimarães, 2005, p. 82).

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária-entre outras-são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins e Bilge, 2021, p. 15-16).

Portanto, a luta pelo sufrágio evidencia que a democratização do voto ocorreu de maneira fragmentada e excludente. Esse processo demonstra que não houve uma linearidade progressiva que contemplasse de imediato todas as mulheres e que as experiências de conquista de direitos variaram amplamente segundo a posição social e racial. Essa leitura reforça, ainda, os limites da noção de “ondas”, uma vez que as demandas políticas feministas não se encerram em períodos estanques, mas se prolongam e se sobrepõem ao longo da história. Pode-se citar como exemplo a Arábia Saudita, país onde as mulheres adquiriram o direito ao voto em 2015, explicitando que o avanço de uma nova fase do feminismo não implica a completa resolução das reivindicações anteriores, que permanecem em aberto para diferentes grupos de mulheres.

Na perspectiva feminista, sempre houve uma tentativa de apagamento sistemático das mulheres, visto que elas sempre existiram e sempre criaram demandas. A modernidade configurou-se como um projeto predominantemente masculino, orientado pelas necessidades e interesses dos homens. Entretanto, à medida que a racionalidade moderna ampliou a visibilidade do mundo social e tornou inegável o papel das mulheres na produção e reprodução do espaço.

As conquistas de direitos civis, como o sufrágio e a inserção no mercado de trabalho, materializaram parcialmente as promessas modernas de igualdade. Contudo, tais avanços também evidenciaram os limites dessa emancipação, uma vez que persistem desigualdades estruturais e novas pautas emergiram sobre o corpo, a sexualidade e a vida social das mulheres, questões que se tornaram centrais na chamada Segunda Onda do feminismo entre as décadas de 1960 e 1970.

A transição da Primeira para a Segunda Onda do feminismo ocorreu em um cenário mundial marcado pelos impactos das duas Grandes Guerras, que transformaram profundamente

a participação das mulheres na esfera social e produtiva. Diversas teóricas feministas passam a problematizar a persistência de papéis culturais e sociais que reproduzem desigualdades de gênero, ao mesmo tempo em que buscam reafirmar avanços conquistados com a inserção feminina no mercado de trabalho. Entre esses avanços, destacam-se: a ocupação do espaço público, ainda marcada por condições de precarização e desvalorização; o acesso ao ensino superior; o lançamento da pílula anticoncepcional no início da década de 1960, nos Estados Unidos; e a participação na democracia representativa. Tais processos visam superar os limites das reivindicações predominantemente formais características da primeira onda feminista (Pinto, 2010).

Neste recorte temporal, o foco quase exclusivo dos direitos políticos, característico da fase anterior, se desloca e o feminismo de segunda onda amplia suas reivindicações ao incorporar demandas relativas aos costumes, à vida privada e às normas culturais, o espaço produzido pela mulher e a equidade de gênero. O movimento feminista passa a incorporar outras pautas, além do sufrágio, direitos como o acesso ao divórcio, violência doméstica, a igualdade salarial, direito às decisões sobre o corpo, este último tema marcado por intensos embates éticos, religiosos e jurídicos, ainda hoje sem consenso global. Neste contexto histórico, começa a se fortalecer uma compreensão interseccional da luta feminista, na qual gênero se articula com classe, raça, etnia, nacionalidade, sexualidade, idade e outras dimensões estruturantes da vida social.

O reconhecimento dessas múltiplas camadas de desigualdade torna o feminismo mais abrangente às distintas camadas que compõem as lutas das mulheres. “Portanto, foi nesse contexto e na interseção entre movimento feminista e academia, que se formulou na década de 1970 o conceito de gênero, que leva à compreensão da construção social e cultural das diferenças entre mulheres e homens” (Guimarães, 2005, p. 87). Ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, Beauvoir (2016, p. 11) rompe com perspectivas biologizantes e essencialistas sobre a condição feminina, demonstrando que a subordinação das mulheres não decorre de uma natureza do corpo feminino, mas de construções sociais, históricas e culturais que produzem e reproduzem desigualdades de gênero. Nestas perspectivas, tornam-se algumas das dimensões centrais da luta feminista, evidenciando que a vida privada também é constituída por relações sociais e políticas desiguais vivenciadas pelas mulheres.

No Brasil, na década de 1960, foi um período inicialmente marcado por intensa efervescência política, social e cultural. O golpe de 1964 instaurou uma ditadura militar no país. A repressão imposta pelo regime resultou no enfraquecimento das possibilidades de organização política das mulheres, limitando a visibilidade e a continuidade dos debates

emergentes sobre igualdade de gênero no espaço público. Conforme destaca Pinto (2010), o governo militar tratava com desconfiança as manifestações feministas, interpretando-as como ameaças políticas e morais.

Na I Conferência Internacional da Mulher, realizada no México em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu a “Década da Mulher”, inaugurando um período de intensificação das agendas globais voltadas à igualdade de gênero (Pinto, 2010).

No Brasil, esse marco internacional repercutiu na promoção de uma semana de debates intitulada "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira", patrocinada pelo Centro de Informações da ONU.

[...] o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais. Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde [...] (Pinto, 2010, p. 17).

Contudo, é importante destacar que, mesmo nesse contexto de visibilidade crescente das pautas femininas, as discussões acerca do corpo, da sexualidade e do comportamento das mulheres, tanto na vida social como na vida privada, ainda eram majoritariamente conduzidas por homens em posições de poder, revelando a permanência de estruturas patriarcais que buscavam definir e normatizar a experiência feminina sem a devida escuta das próprias mulheres. Isso também se refletia no campo esportivo, em que a participação feminina continuava limitada por concepções biologizantes e moralistas que reforçam a ideia de fragilidade física e inadequação das mulheres a modalidades consideradas competitivas ou de alta performance. A interpretação do espaço como uma construção social marcada por relações de poder ajuda a compreender por que o campo esportivo se estruturou historicamente como um território pensado por homens e para homens.

Haraway (2015), ao discutir a produção do conhecimento e das práticas sociais a partir de perspectivas localizadas, evidencia que aquilo que se apresenta como universal é, muitas vezes, a materialização do ponto de vista masculino, tornado hegemônico e invisibilizado enquanto posição específica. Assim, ao serem organizados sob lógicas patriarcais, os espaços esportivos reproduzem normas de gênero que naturalizam a presença masculina como central e autorizada, ao mesmo tempo em que disciplinam, limitam e condicionam a entrada das

mulheres, seus corpos e suas performances, reforçando hierarquias de visibilidade, valor e pertencimento.

Rubio (2013) evidencia que, no contexto brasileiro, mulheres ainda enfrentam barreiras legais e discursos médicos que as consideravam fisicamente inadequadas para práticas competitivas, reforçando estereótipos de fragilidade e destinação ao espaço privado. Deste modo, a Década da Mulher contribuiu para fortalecer os movimentos feministas que reivindicavam o esporte como espaço de cidadania e de expressão dos corpos femininos, colocando em questão a própria estrutura patriarcal que historicamente organizou o esporte moderno.

As lutas pelo direito ao voto, no final do século XIX e início do século XX, também foram acompanhadas de lutas pelo direito ao trabalho, à instrução, à política e ao esporte. O direito ao voto é datado de 1932, mesmo ano em que Maria Lenk tornou-se a primeira mulher latino-americana a participar de uma edição olímpica. Isso demonstra que as conquistas no campo esportivo seguem proximamente os avanços (e recuos) sociais, o que faz do esporte uma tela de projeção das tensões vividas em diferentes campos (Rubio, 2021, p. 16).

Mudanças significativas em relação ao direito da mulher foram alcançadas na segunda onda do feminismo, embora, em alguns aspectos, como na esfera doméstica, social, divisão do trabalho e participação nos esportes, permaneça atravessada por desigualdades de gênero e configurem formas de opressão. Esse feminismo amplia sua agenda para além dos direitos civis e políticos, reivindicando condições de vida dignas em todas as dimensões da existência feminina. Assim, marca-se uma ruptura com o entendimento de que a luta por igualdade se restringe ao espaço institucional, afirmando que o machismo, o sexismo e a misoginia se manifestam também nos âmbitos mais íntimos e cotidianos (Burigo, 2023).

A segunda onda do feminismo foi um momento de expansão profunda das pautas e das formas de atuação política das mulheres. Esse período ampliou as reivindicações, não ficando apenas pautado no sufrágio, mas para além dos direitos civis e sociais mais abrangentes, como igualdade salarial, autonomia corporal, acesso ao divórcio e à contracepção, além da crítica às estruturas que sustentavam a dominação masculina em diversas esferas da sociedade, da família ao mundo do trabalho, a inserção da mulher na participação esportiva, passando pelos espaços midiáticos e culturais.

Esse contexto impulsionou o debate sobre como o corpo, o espaço público e a vida cotidiana são atravessados por relações de poder, consolidando importantes avanços no

pensamento feminista. Contudo, ao mesmo tempo em que o movimento ganhava força e visibilidade, emergiram tensões internas e questionamentos sobre quem estava sendo representado por esse feminismo. As experiências de mulheres negras, pobres, lésbicas e de diferentes regiões do mundo começaram a denunciar que não havia uma única condição feminina universal, sendo atravessadas por múltiplas diferenças sociais e culturais.

Essa percepção de que a identidade feminina é indissociável de outros marcadores sociais abriu caminho para uma fase marcada pelo descentramento do sujeito "mulher". Assim, emerge a terceira onda por volta da década de 1990, marcada pela valorização da pluralidade, da interseccionalidade e de novas formas de ocupar e significar os espaços sociais. A noção de gênero desponta a partir da compreensão de que as categorias masculino e feminino não são fatores biológicos, mas constituem construções socioculturais. Assim, não são as características sexuais em si que determinam papéis e identidades, mas a forma como essas diferenças são interpretadas e hierarquizadas socialmente (Guimarães, 2005, p. 90).

Emerge a terceira onda por volta da década de 1990, marcada pela valorização da pluralidade, da interseccionalidade e de novas formas de ocupar e significar os espaços sociais. A noção de gênero desponta a partir da compreensão de que as categorias masculino e feminino não são fatores biológicos, mas constituem construções socioculturais. Assim, não são as características sexuais em si que determinam papéis e identidades, mas a forma como essas diferenças são interpretadas e hierarquizadas socialmente (Guimarães, 2005, p. 90).

A autora Guimarães (2005, p. 81) afirma que “[...] o peso do poder masculino transcende as relações entre os sexos, refletindo-se, também, no conjunto da sociedade”. Assim, a divisão do mundo fundada em diferenças biológicas vai além das diferenças mulher-homem”. O foco particular da terceira onda está nas questões de diversidade e inclusão, com destaque para movimentos que se comprometem em pautar as categorias identitárias dos sujeitos políticos e lutam contra diferentes formas de discriminação. “[...] entende-se agora que as identidades individuais se aplicam diferentemente de um contexto social para outro. E esses contextos sociais são moldados pelas relações de poder interseccionais” (Collins; Bilge, 2021, p. 188).

Dessa maneira, a terceira onda do feminismo desloca o foco para uma análise crítica das relações de poder que permeiam os espaços e os usos que as mulheres podem fazer deles. Essa perspectiva é fundamental para compreender o processo de ocultamento da presença feminina no esporte, pois evidencia que a ocupação do espaço urbano pelas mulheres não se limita a uma prática física, mas configura-se como um ato político que desafia normas históricas responsáveis por restringir seus movimentos e sua visibilidade no território. “O esporte para as mulheres nunca foi concessão, foi conquista alcançada com luta. E a luta das mulheres pela

igualdade e equidade de condições no esporte persiste. Às vezes velada, silenciada, invisibilizada, ela segue, porque ser mulher implica em existir e não apenas em sobreviver” (Rubio, 2021, p. 12).

A partir do que foi apresentado, as autoras aqui apresentadas nos revelam que, ao longo da história, os movimentos feministas desvelaram as múltiplas camadas de exclusão que atingem os corpos das mulheres, sobretudo nos espaços públicos e nas práticas sociais moldadas por uma lógica patriarcal. Ao tensionar os discursos biomédicos, as normatividades de gênero e as políticas de silenciamento, as mulheres reivindicaram a sua presença não apenas como participantes, mas como produtoras de sentidos e transformações. No campo esportivo, foco deste trabalho de conclusão de curso, essa presença foi construída em meio a resistências e disputas, tornando visível que o corpo feminino, longe de ser um “objeto” a ser regulado, é um sujeito político e espacial. Neste cenário, nossa hipótese é que a corrida de rua desponta como uma prática significativa: ela não ocorre em espaços isolados, mas no seio das cidades, ocupando vias, atravessando bairros, criando percursos que desafiam simbolicamente a masculinização dos espaços urbanos.

Na quarta onda do feminismo, no Brasil, a partir de 2012/2013, são incorporados, de modo mais incisivo, o enfrentamento às violências de gênero, ao assédio e às desigualdades estruturais, bem como o fortalecimento da vertente interseccional. Nesse sentido, Perez e Ricoldi (2023, p. 8) destacam que “[...] a importância da interseccionalidade como modo de conceber as injustiças sociais foi construída pelos movimentos sociais, em especial pelos feminismos negros, sobretudo por meio das redes digitais e das mobilizações coletivas contemporâneas”. A quarta onda do feminismo caracteriza-se pelo uso das tecnologias da informação como ferramentas de denúncia, organização e visibilização das experiências femininas, tornando públicas práticas anteriormente silenciadas, inclusive no âmbito esportivo. Corroborando com esta compreensão, Perez e Ricoldi (2023, p. 1–2) afirmam que “[...] os feminismos contemporâneos fazem parte de uma quarta onda porque têm adotado, dentre outras características, a mobilização via meios de comunicação digitais, a interseccionalidade e a organização na forma de coletivos”.

A ampliação do uso das redes sociais digitais evidencia-se na circulação massiva de imagens, vídeos e relatos em tempo real, os quais potencializam a articulação entre corpos, territórios e discursos políticos. Conforme descreve Hollanda (2018, p. 24), “vídeos, fotos e relatos em tempo real tomaram conta das redes sociais. [...] com as hashtags #WhiteMonday, #VemPraRua e #VemPraJanela”. Tais mobilizações digitais extrapolam o espaço virtual e reverberam na ocupação concreta dos espaços urbanos, reafirmando o corpo como elemento

central das manifestações e das práticas sociais contemporâneas. No esporte e nas práticas corporais realizadas no espaço urbano, como a corrida de rua, essa onda evidencia como o medo, o assédio e a insegurança continuam sendo elementos que regulam e limitam a presença das mulheres, ao mesmo tempo em que fortalece estratégias coletivas de resistência e ocupação. Como destaca Rubio (2021), a presença das mulheres no esporte não resulta de concessões, mas de lutas contínuas por reconhecimento e igualdade, muitas vezes marcadas pela invisibilização e pelo silenciamento.

Com a eclosão e a expansão do uso da internet, o chamamento por meio das hashtags passa a convocar usuárias e usuários em escala global, contribuindo para a consolidação da prática esportiva voltada ao bem-estar, à saúde e à autonomia corporal. Nesse cenário, mulheres que anteriormente se mantinham afastadas ou restritas aos espaços privados passam a ocupar, de forma mais ativa, os espaços públicos, seja em treinos individuais, seja em práticas coletivas. Essa dinâmica confirma o argumento de Hollanda (2018, p. 25), que “[...] falamos de uma reinserção do corpo e dos corpos nas manifestações. Estamos nesse momento intenso de potencialização política e da emergência de novos discursos e atores que usam as redes sociais e se organizam conectando as redes digitais com os territórios e os corpos”.

Mulheres antes dedicadas e limitadas ao espaço doméstico, historicamente impedidas de ocupar de forma ampla espaços públicos marcados por uma lógica heteronormativa, passam a incorporar em sua rotina cotidiana algumas horas do dia destinadas ao cuidado com o bem-estar físico e emocional. Movimentos como corridas exclusivamente femininas, grupos de treinamento formados por mulheres, reforçam campanhas digitais contra o assédio em espaços esportivos. Nesse contexto, correr caracteriza-se não apenas como uma atividade física, mas como um gesto de apropriação do direito à cidade, à segurança e à visibilidade, ressignificando o espaço urbano a partir da experiência feminina, seguido de um aumento significativo da presença de mulheres nos espaços públicos para a prática esportiva, o que permite questionar se essa ocupação constitui um novo modo de reivindicação e de apropriação desses territórios, potencializado pela difusão e pelo alcance das mídias digitais.

Foi nesse contexto que o feminismo ganhou centralidade e consolidou-se como uma das principais expressões da continuidade dessa nova geração política. Na esteira das grandes marchas e mobilizações coletivas, as mulheres passaram a ocupar o primeiro plano da cena pública, assumindo protagonismo nas resistências ao avanço de pautas conservadoras que ameaçam direitos historicamente conquistados. A quarta onda do feminismo, ao articular corpos, territórios e redes digitais, reafirma-se, assim, como um movimento plural, interseccional e estratégico, capaz de transformar experiências individuais em ações coletivas

e de tensionar estruturas de poder que sustentam as desigualdades de gênero na sociedade contemporânea.

No campo esportivo, essas transformações se expressam na ampliação da presença feminina em práticas corporais realizadas nos espaços públicos, como a corrida de rua, nas quais o corpo em movimento assume também uma dimensão política. Ao ocupar as ruas, as mulheres não apenas buscam saúde e bem-estar, mas também reivindicam o direito à cidade, ressignificando o esporte como prática de resistência, visibilidade e afirmação de autonomia frente às desigualdades de gênero.

Se o feminismo revelou o corpo como um território político e o espaço público como lugar de disputas simbólicas e materiais, como compreender as práticas esportivas? Podemos apontar a corrida de rua como estratégia de apropriação espacial e subversão de normas de gênero?

4. MULHERES E O DIREITO AO ESPAÇO PÚBLICO: COMO A LUTA FEMINISTA REINVINDICOU A PRESENÇA DAS MULHERES EM DIFERENTES ESFERAS?

A partir das lutas feministas por emancipação e presença social, tornou-se evidente que o espaço público não é neutro: ele é historicamente marcado por relações de poder, exclusão e pertencimento. A Geografia Feminista permite compreender que ocupar o espaço público é também disputar narrativas, visibilidades e formas de vida. Caminhar, correr e estar presente no espaço urbano, especialmente quando se trata de corpos que historicamente foram desautorizados a ocupar esses lugares, configuram-se como atos políticos e geográficos. A corrida, nesse sentido, ultrapassa a dimensão da prática esportiva e passa a representar uma forma de apropriação da cidade. Como reforça Dallari (2009, p. 23), “não é possível isolar corredores para a sua prática, pois a atividade exige o compartilhamento desses espaços com seus usuários habituais ou, alternativamente, implica a privação de suas rotas cotidianas.”

Este capítulo examina como o feminismo, ao desconstruir a separação entre público e privado, problematizou os modos como as cidades foram desenhadas e experimentadas. A corrida de rua, quando realizada por mulheres, torna-se um gesto de ruptura: ela atravessa o cotidiano, expõe o corpo em movimento, desafia o medo, a vigilância e a naturalização da ausência feminina nos percursos urbanos.

O objetivo deste capítulo 2 é pensar sobre como a luta feminista contribuiu para a reconceitualização do espaço público, evidenciando as disputas em torno da presença dos corpos femininos e suas transformações simbólicas, sociais e geográficas, com ênfase no campo esportivo.

4.1 O FEMINISMO E A DISPUTA POR ESPAÇO PÚBLICO

Historicamente, a organização do espaço social consolidou uma divisão entre o espaço público e o espaço privado, atribuindo ao primeiro um caráter masculino, voltado à esfera política e produtiva, e ao segundo um caráter feminino, restrito ao cuidado doméstico e familiar. Nesse contexto histórico, a Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo intensificaram a desigualdade de gênero, mantendo as mulheres das classes mais abastadas

confinadas ao espaço doméstico, enquanto aquelas das classes populares se integravam à força de trabalho industrial em condições precárias e subalternas (Burigo, 2023).

No século XVIII, cristalizou-se a idéia de que a desigualdade individual e coletiva não é um fato natural, e sim histórico. O discurso sobre a origem e o fundamento da desigualdade entre os homens, de Jean-Jacques Rousseau, mostrou que a desigualdade, longe de ser um fato natural, é uma produção social, política e econômica. Rousseau tornou-se um defensor radical da igualdade política e econômica entre os homens, e se tornou também um teórico da “feminilidade”, ao não estender às mulheres a igualdade, que com tanto afincio defendia para os homens. A elas atribuía uma tarefa natural de esposa e mãe, para corresponder às necessidades do esposo e formar “bons” cidadãos, e um espaço natural adequado às mulheres, o doméstico. Rousseau acreditava que, assim como a sociedade está dividida em dois sexos, deve estar dividida em dois espaços: o espaço público aos homens e o espaço privado e doméstico às mulheres. (Guimarães, 2005, p.78).

Autores como Rousseau sustentaram por séculos a exclusão das mulheres da participação política, intelectual e social, reforçando a ideia de que sua presença no espaço público seria uma transgressão à ordem natural (Guimarães, 2005). No entanto, os movimentos feministas, em suas diversas ondas, questionaram e desestabilizaram estes paradigmas, reivindicando o direito das mulheres de ocupar, produzir e transformar os espaços de poder e de visibilidade. “O feminismo tem a ver com uma visão crítica, consequente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero” (Haraway, 2009, p. 31).

Para Haraway (2009), ao deslocar a compreensão dos corpos femininos de objetos passivos de controle para sujeitos ativos na produção do espaço, afirma que as mulheres e seus corpos são agentes de transformação, desafiando normas históricas que tentaram restringir sua mobilidade e sua visibilidade.

O direito ao espaço público torna-se uma das vertentes centrais da luta feminista, pois envolve não apenas o acesso físico aos lugares, mas a possibilidade de ocupá-los, moldá-los e transformar as relações existentes entre eles. “Não há um ser e o nada (espaço vacante), mas espaços corporificados pelos sujeitos sociais que, nas suas relações de trabalho e representações, formam parte da produção histórica e social do espaço” (Ramos; Milani, 2022, p. 2). Compreender o espaço como uma construção histórica e social faz-nos compreender que o corpo feminino não apenas ocupa estes espaços-territórios, mas produz, redefine e ressignifica os mesmos.

A presença das mulheres nos espaços públicos, historicamente negados e normatizados a partir de referenciais masculinos, revela-se como um processo ativo de criação de novas territorialidades. Esses deslocamentos tornam visível que o corpo feminino não é um corpo deslocado e fora de lugar ao circular por espaços ditos masculinos, mas um agente produtor de espaço, capaz de desafiar e reconstruir as formas tradicionais de uso, circulação e significação dos territórios. A atuação das mulheres no esporte, portanto, evidencia a centralidade de seus corpos como criadores de presença, de pertencimento, de existência e ressignificação do espaço público (Ramos; Milani, 2022). Deste modo, é possível pensar uma Geografia que estuda a relação da sociedade com a Natureza, em uma perspectiva de homens genéricos. Faz todo sentido estudar os corpos, pois, nessa escala de análise, são eles que conferem sentido, diferença e complexidade ao espaço.

4.2 MULHERES NO ESPORTE: A TRAJETÓRIA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ESPORTE, INCLUINDO BARREIRAS E CONQUISTAS

Historicamente a participação feminina em diferentes esferas da vida sempre foram marcadas por tensões, disputas e reconfigurações profundas nas formas de conceber o corpo, o espaço e a cidadania, no esporte o movimento feminista teve protagonismo indelevel na conquista da participação da mulher nas práticas esportivas pois trata-se de um campo estruturalmente masculinizado.

Ao reivindicarem às mulheres a sua condição de sujeito no esporte, mostraram que esse espaço social, como qualquer outro, resulta de disputas políticas além de se configurar como um lugar de resistência e de transformação das relações de gênero (Goellner; Martins, 2024, p. 2).

As práticas esportivas foram idealizadas como arenas de demonstração das virtudes viris, onde cabia tal direito ao homem másculo e forte enquanto a nós mulheres cabe-nos o papel de fragilidade, domesticidade e passividade, a preservação do corpo para a reprodução humana. No Brasil no início do século XX, discursos eugenistas e higienistas reforçaram a suposta fragilidade feminina e a necessidade de preservação do corpo para a maternidade, retardando o reconhecimento da capacidade atlética das mulheres. (Rubio; Veloso, 2019).

A participação da mulher no campo esportivo ilustra um processo que, mesmo com restrições à sua participação, desafiou os limites físicos e comprovou sua capacidade de praticar modalidades esportivas exaustivas, contrariando o discurso médico fundado em diferenças biológicas que determinavam o papel social da mulher (Rubio; Veloso, 2019, p. 52-53).

Dessa forma, a exclusão feminina não é mero detalhe histórico, mas parte constitutiva da lógica de construção do esporte moderno. Deste modo, o espaço para a prática de esportes não foi pensado para ser ocupado por corpos femininos.

A conquista das mulheres pelo direito de vivenciar o tempo do jogo esportivizado se deu por meio do resultado de pressões e lutas por demandas de inclusão que ocorreram no princípio e ao longo de todo o século XX. Essas questões ainda pulsam no presente, devido ao vigor das demandas progressistas da atualidade, marcadas sobretudo por linhas de força de caráter identitário (Rubio; Veloso, 2019, p. 51).

Os Jogos Olímpicos na Grécia, em 1896, inauguraram a era moderna sem permitir a participação feminina, limitada ao papel de espectadoras. Apenas na edição seguinte, realizada em Paris, as mulheres foram formalmente admitidas, ainda que sob rígidas restrições: puderam competir apenas no golfe e no tênis, modalidades consideradas adequadas por seu apelo estético e pela ausência de contato físico entre as participantes (Rubio; Simões, 1999). “[...] modalidades consideradas belas, esteticamente, e que não ofereciam contato físico entre as participantes” (Rubio; Simões, 1999, p. 53).

A trajetória das mulheres brasileiras no esporte acompanha de perto suas conquistas em outras esferas sociais. No século XIX, em uma sociedade patriarcal e profundamente marcada pela ideologia do sexo frágil, as mulheres enfrentavam discriminações que restringiam seu acesso à vida pública e às práticas corporais. As reivindicações femininas pelo direito ao voto, à instrução, ao trabalho e à participação política também impulsionaram a luta pelo acesso ao esporte. Em 1932, ano da conquista do sufrágio feminino, Maria Lenk foi a primeira brasileira e latino-americana a participar de uma edição olímpica, na modalidade de natação, por ser “adequada à mulher por proporcionar a harmonia plástica do corpo e inspirar a graça dos movimentos” (Devide, 2003 apud Rubio e Veloso, 2019, p. 54).

As conquistas das mulheres em todas as esferas aconteceram gradualmente, a partir de lutas e enfrentamentos para a ocupação de todos os espaços públicos. No esporte não foi diferente, e somente em 1948, nos Jogos Olímpicos de Londres, as mulheres puderam participar

da modalidade de atletismo, “[...] com as atletas Benedita de Oliveira, Elisabeth Müller, Gertrudes Morg, Helena de Menezes, Lucila Pini e Melânia Luz” (Rubio; Veloso, 2019, p. 54-55). Benedita de Oliveira encerrou sua carreira como atleta em 1956. Atuou como técnica de atletismo, tornando-se a primeira mulher a ocupar esse cargo, até então destinado exclusivamente a homens. Sua trajetória representa um marco significativo na inserção feminina em funções de liderança esportiva, desafiando normas de gênero historicamente estabelecidas no campo do atletismo.

No entanto, as conquistas das mulheres não ocorrem uniformemente no mundo, e qualquer tensão política pode levar à sua recusa, retrocesso ou estagnação. No Brasil, a participação feminina no esporte emergiu nas décadas de 1930 e 1940, período em que o país passava a se desenvolver no campo esportivo feminino. Já os anos 1950 e 1960 representaram um período de estagnação. O contexto político marcado pela ditadura de 1964 desviou o foco das pautas feministas. “[...] o movimento feminista naquele momento estava voltado mais para questões como a luta por saúde e educação e o esporte não parecia estar entre as reivindicações mais urgentes” (Tralci Filho & Araujo, 2011 apud Rubio e Veloso, 2019, p. 55). O acesso era limitado, e as modalidades olímpicas disponíveis às mulheres restringiam-se ao atletismo e à esgrima, o que evidencia a manutenção de barreiras de classe, já que a esgrima era praticada majoritariamente por grupos privilegiados, enquanto o atletismo permanecia vinculado a espaços públicos e escolares (Rubio; Veloso, 2019).

Mary Dalva Proença, atleta brasileira de saltos ornamentais, participou das competições olímpicas da modalidade em 1956 e 1960 e enfrentou episódios de discriminação racial. Essa dinâmica revela como múltiplos eixos de opressão — gênero, classe e raça — atuaram de forma simultânea na produção de desigualdades, corroborando o entendimento de interseccionalidade proposto por Collins e Bilge (2021), segundo o qual as experiências sociais são estruturadas pela interação entre diferentes sistemas de poder, e não por categorias isoladas. Barreiras impostas por múltiplos fatores dificultavam o acesso feminino à participação nos Jogos, barreiras atreladas à imposição de índices que, de certo modo, faziam com que as atletas desistissem ou até mesmo enfrentassem restrições em modalidades consideradas inadequadas à prática por mulheres. Reforçam Rubio e Simões (1999): “A mulher foi considerada como usurpadora ou profanadora de um espaço consagrado ao usufruto masculino” (Rubio; Simões, 1999, p. 50).

Esses dados apontam para uma política de exclusão que foi ainda reforçada pelo Decreto-Lei 3.199, de 1941, que deliberava: “Às mulheres não é permitida a prática de desportos incompatíveis com a sua natureza” (Souza & Mourão, 2011). Esse decreto é ainda detalhado pela Deliberação n. 7 do Conselho Nacional de Desportos, que entrou em vigor a partir de 1965, e foi revogada apenas em 1979. Essa norma determinava quais práticas esportivas podiam ser desempenhadas por mulheres nas escolas, nos clubes ou nos espaços públicos em todo o país, tornando proibidas as lutas de qualquer natureza, o futebol, o futebol de salão, o futebol de praia, o polo aquático, o polo, o rúgbi, o halterofilismo e o baseball (Castellani Filho, 2007 *apud* Rubio e Veloso, 2019, p. 55).

Com a revogação, em 1979, da lei que restringia a participação feminina em determinadas modalidades esportivas, as mulheres passaram a ter o direito de praticar todos os esportes, o que resultou no aumento do número de atletas em âmbito nacional. Esse movimento foi igualmente impulsionado pelo fim da ditadura militar e pela consolidação de novos arranjos familiares (Rubio; Veloso, 2019), especialmente após a aprovação da Lei do Divórcio, em 1977, que contribuiu para a reconfiguração da estrutura patriarcal da sociedade.

A trajetória das mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos revela um processo gradual de inserção, marcado por avanços significativos, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980. Após a revogação das restrições legais que limitavam a participação feminina em diversas modalidades, em 1979, abre-se um cenário mais favorável ao ingresso das atletas no alto rendimento. O boicote às Olimpíadas de Moscou (1980) e Los Angeles (1984) também contribuiu para ampliar essa presença, permitindo a entrada do Brasil em modalidades até então inéditas para o país, como a ginástica, o tiro com arco, o voleibol, primeira modalidade coletiva a enviar um time feminino, além do tênis, tiro esportivo, nado sincronizado e ginástica rítmica (Rubio; Veloso, 2019).

Nas participações seguintes, a presença feminina foi crescente. Desde a década de 1980, observa-se um aumento progressivo no número de participantes e, na década de 1990, a ampliação da presença feminina coincide com o processo de profissionalização do esporte. Dessa forma, a inserção das mulheres passa a abranger não apenas a participação competitiva, mas também seu envolvimento no preparo técnico e em outras dimensões estruturais do campo esportivo. “E assim a atleta não é apenas uma mulher que supera as barreiras da discriminação e do preconceito, mas se afirma como pessoa digna de uma imagem pública que reforça sua identidade de mulher poderosa” (Rubio; Veloso, 2019, p. 56).

Os Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996, constituem um marco para a consolidação da força feminina nos Jogos Olímpicos, com a conquista das primeiras medalhas. Para Rubio e Veloso (2019, p. 57), “A medalha simboliza a vitória não apenas na competição esportiva, mas

a superação de todas as barreiras e dificuldades impostas de forma explícita ou latente”. A trajetória da mulher no esporte evidencia um histórico de invisibilização que não se explica por fatores biológicos, mas por estruturas sociais profundamente enraizadas. Como afirmam Rubio e Simões (1999, p. 52), “alijada de seus direitos enquanto cidadã, a mulher também é impedida de gozar do convívio social e das glórias concedidas aos competidores vencedores”. Assim, cada conquista feminina no cenário esportivo representa, simultaneamente, a ruptura de desigualdades historicamente construídas e a afirmação de sua legitimidade como sujeito pleno no campo esportivo.

Passados 76 anos após as primeiras participações femininas, em 2008, nas Olimpíadas de Pequim, a delegação brasileira contou com um quadro de 48% de participação feminina. Nesse ano, as competidoras do atletismo conquistaram suas primeiras medalhas em Olimpíadas: “[...] Maurren Maggi, e no revezamento 4x100 m, com Rosemar Coelho Neto, Lucimar de Moura, Thaissa Presti e Rosângela Santos, medalha essa herdada após a punição imposta pelo doping das atletas russas” (Rubio; Veloso, 2019, p. 57). A superação de antigas restrições às modalidades de combate tornou-se evidente com as conquistas de Ketleyn Quadros, no judô, e Natália Falavigna, no taekwondo, demonstrando que o acesso a treinamentos qualificados e a oportunidades historicamente ofertadas apenas aos homens possibilita às mulheres alcançar resultados expressivos.

A medalha de bronze obtida pela dupla Fernanda Oliveira e Isabel Swan, na vela, reforça essa tendência e sustenta a afirmação de que, proporcionalmente, as mulheres apresentaram desempenho superior ao dos homens. Nesse mesmo contexto, o futebol feminino conquistou a medalha de prata, consolidando uma geração de atletas que, apesar das desigualdades estruturais, alcançou visibilidade internacional e reafirmou o potencial competitivo das mulheres no esporte olímpico brasileiro, conforme Rubio e Veloso (2019). “Embora a participação de mulheres como atletas tenha aumentado, ainda são raras as que ocupam cargos de liderança, como técnicas ou na administração das federações, clubes e comitês esportivos” (Rubio; Veloso, 2019, p. 57). Entretanto, embora avanços significativos tenham sido conquistados, é importante lembrar que, durante muitos anos, às mulheres foram atribuídos papéis secundários, como o de musas, mascotes ou responsáveis por tarefas de apoio aos atletas. A superação gradual dessas funções evidencia a transformação das relações de gênero no esporte e a consolidação das mulheres como protagonistas em múltiplas modalidades.

A maratonista Kathrine Switzer fez história em abril de 1967 ao tornar-se a primeira mulher a participar da Maratona de Boston, prova disputada anualmente desde 1897. Nessa época, contudo, a competição ainda não aceitava inscrições femininas, o que torna sua

participação um marco de resistência às normas institucionais vigentes (Dallari, 2009). Somente em 1972 foi autorizada a participação feminina em maratonas. A Amateur Athletic Union (AAU), órgão regulamentador do atletismo nos Estados Unidos, passou a reconhecer oficialmente as mulheres nessas provas. Nesse mesmo ano, as mulheres foram admitidas formalmente na Maratona de Boston, conforme corrobora Dallari (2009). Posteriormente, esse processo de reconhecimento alcançou o cenário olímpico, culminando na realização, pela primeira vez, da maratona feminina nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984.

Para conseguir a inscrição, utilizou as iniciais “K. V. Switzer”, estratégia que lhe permitiu manter o anonimato em um evento que proibia a participação feminina. Durante a prova, os organizadores perceberam sua presença e tentaram retirá-la à força do percurso, momento que se tornou um marco simbólico da luta das mulheres pelo direito de ocupar o espaço esportivo. Kathrine Switzer tornou-se um símbolo da luta das mulheres pelo direito de ocupar os espaços esportivos e urbanos. Sua presença não apenas desafiou normas institucionais que proibiam mulheres em provas de longa distância, mas também evidenciou o controle exercido sobre os corpos femininos no esporte, legitimado por discursos médicos, morais e científicos.

Figura 1 - Kathrine Switzer na prova da Maratona de Boston em 1967.



Fonte: Getty Images, (2026)

A partir desse episódio, a corrida passou a assumir uma dimensão política, na medida em que o ato de correr, especialmente em vias públicas, representava a contestação de normas de gênero e a reivindicação do direito ao corpo, ao movimento e à cidade. Como apontam

estudos sobre gênero e esporte, a exclusão das mulheres das corridas de rua estava associada à ideia de fragilidade feminina e à suposta incompatibilidade entre esforço físico intenso e o corpo da mulher, argumentos que, ao longo do tempo, foram sendo desconstruídos tanto pelas pesquisas sobre os corpos femininos quanto pela experiência concreta das atletas.

No Brasil, a Corrida Internacional de São Silvestre, uma das provas mais tradicionais do país, foi criada em 1924 pelo jornalista Cásper Líbero, inspirada em uma corrida noturna realizada na França. No ano de 2025, o evento chega à sua 100ª edição, visto que, no ano de 2020, não houve edição devido à Covid-19. “[...] a São Silvestre, inclusive, reúne num mesmo evento o esporte de alto nível e o esporte em massa, o atleta profissional e o atleta amador, o esporte para todos e o esporte espetáculo” (Dallari, 2009, p. 102).

Inicialmente, era restrita a corredores do sexo masculino, refletindo a exclusão institucional das mulheres das competições de longa distância. Somente em 1975, reflexo das mudanças sociais da época e do Ano Internacional da Mulher, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) (Dallari, 2009), a São Silvestre passou a aceitar a inscrição feminina e a registrar a classificação oficial de mulheres na disputa de seus 15 km, o que marcou um importante avanço na presença das mulheres nas corridas de rua brasileiras, decorrendo disso uma crescente e significativa participação feminina em todas as edições subsequentes.

A primeira vencedora da prova com participação feminina foi Christa Vahlensieck, da Alemanha (site da São Silvestre). A edição do ano de 1975 contou com um total de 17 inscritas, sendo que 14 compareceram à largada e 12 finalizaram o percurso. A primeira brasileira a vencer a prova foi Carmem de Oliveira, em 1995, evidenciando, ao longo das décadas seguintes, o crescimento e a consolidação da participação das mulheres nesse evento tradicional.

Figura 2 - Primeira vencedora da São Silvestre em 1975, a alemã Christa Vahlensieck.



Fonte: Acervo/Gazeta Press.

Figura 3 - Primeira brasileira vencedora da São Silvestre (1995), Carmen Oliveira.



Fonte: Acervo/Gazeta Press.

Nas últimas décadas, observa-se um crescimento expressivo da participação de mulheres em corridas de rua, maratonas e meias-maratonas no Brasil, fenômeno que dialoga tanto com a ampliação do acesso ao esporte quanto com a ressignificação do espaço urbano. Correr, nesse sentido, deixa de ser apenas uma prática esportiva e passa a constituir uma forma de apropriação da cidade. Além disso, a visibilidade proporcionada pelas mídias digitais tem desempenhado papel central nesse processo. Grupos de corrida feminina, aplicativos que acompanham as métricas da corrida, compartilhadas em perfis de redes sociais, e registros fotográficos das práticas esportivas contribuem para a construção de redes de apoio, identificação e pertencimento, fortalecendo a permanência e o engajamento das mulheres na ocupação desses espaços.

Assim, a corrida de rua se insere em um movimento mais amplo de resistência e afirmação, no qual o corpo feminino em movimento tensiona normas de gênero e reivindica o direito à cidade, à segurança e à visibilidade. Nesse sentido, Dallari (2009, p. 84) complementa: "Mas é justamente o corpo imbuído de significado social que vai se prestar à prática de esporte."

Dessa forma, ao articular o histórico de exclusão e conquista das mulheres no esporte olímpico com a trajetória da corrida de rua, evidencia-se que a presença feminina nessas práticas não resulta de concessões, mas de lutas contínuas do movimento feminista. A corrida configura-se como uma das formas de militância corporal, pois o esporte regula, disciplina e hierarquiza corpos a partir de critérios de gênero, raça, classe e desempenho. Ao mesmo tempo, constitui-se também como um campo de resistência, no qual grupos historicamente excluídos

passam a reivindicar visibilidade, reconhecimento e direito à participação. A presença de mulheres no esporte, especialmente em práticas realizadas no espaço urbano, como a corrida de rua, evidencia essa dimensão política do corpo, transformando o ato de mover-se em uma forma de contestação às normas que limitam quem pode ocupar determinados espaços e de que maneira.

De acordo com o site da Faculdade Cásper Líbero (2025), a Corrida Internacional de São Silvestre, a maior prova de rua da América Latina, vem apresentando um crescimento expressivo da participação feminina, atingindo números inéditos. A exemplo da edição de 2023, das aproximadamente 35 mil pessoas inscritas, 12.811 eram mulheres, representando 36,6% do total. Em 2024, esse crescimento tornou-se ainda mais expressivo, com 14.625 mulheres entre os 37.500 participantes, o equivalente a 39% dos inscritos. Esses dados evidenciam uma ampliação consistente da presença feminina na prova, acompanhada também pelo aumento do interesse por corridas de rua e grupos de corrida, conforme indicado por levantamentos do Google Trends (Faculdade Cásper Líbero, 2025).

Esse cenário contemporâneo dialoga diretamente com o processo histórico de inserção das mulheres nas corridas de rua no Brasil. Conforme aponta Dallari (2009), a corrida em espaços urbanos sempre esteve vinculada ao compartilhamento da cidade e à ocupação de trajetos cotidianos, o que confere à prática uma dimensão social e política. A ampliação da presença feminina na São Silvestre, desde a abertura oficial da prova às mulheres, em 1975 — ano declarado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher —, até as edições supracitadas, evidencia não apenas o aumento numérico das participantes, mas também a ressignificação do espaço urbano a partir da apropriação desse espaço pelos corpos femininos.

5. MULHERES EM MOVIMENTO: A CORRIDA DE RUA COMO DISPUTA PELO ESPAÇO URBANO EM GETÚLIO VARGAS/RS

Neste capítulo, busco apresentar uma caracterização das práticas de corrida de rua no município de Getúlio Vargas (RS). Na última década, o município registrou um aumento expressivo de mulheres participantes nos eventos promovidos pela prefeitura e em parceria com empresas organizadoras de corridas. Para compreender esse fenômeno local em um contexto mais amplo, é pertinente retomar alguns marcos históricos que evidenciam a presença feminina na prática esportiva desde o início do século XX. Ressalta-se, ainda, que a corrida evoluiu de uma atividade ligada a mensageiros e historicamente marcada pela proibição da participação de mulheres para tornar-se uma prática competitiva e amplamente difundida ao redor do mundo (Dallari, 2009).

O capítulo fundamenta a compreensão da corrida de rua como uma prática esportiva que se consolidou, nas últimas décadas, como um fenômeno social, especialmente devido ao crescimento acelerado da participação feminina. Este crescimento é resultado de incessantes lutas dos movimentos feministas pela equidade de gênero. Como afirma Goellner:

Os ecos advindos dos movimentos feministas do início do século XX mostraram-se importantes nessa direção, pois sua propagação projetou novas perspectivas para as brasileiras, reverberando na disputa por maior presença em espaços tidos como de domínio dos homens, como a política, a ciência e o esporte (Goellner, 2012, p. 73).

Busca-se analisar, ainda, como se dá a ocupação dos espaços urbanos por essas mulheres, observando as formas pelas quais elas se inserem, circulam e ressignificam os ambientes destinados à prática dessa atividade. “A rua será identificada como espaço a ser conquistado e, sob o signo do divertimento, colocam-se em ação corpos e subjetividades por meio de práticas que promovem uma excitação física, sensorial e mental.” (Goellner, 2005, p. 86-87).

Conforme argumenta Goellner (2006), é principalmente por meio do esporte que as mulheres passam a se apropriar de espaços historicamente reservados aos homens. Durante grande parte do século XX, o esporte foi utilizado como uma ferramenta de reafirmação da dominação masculina, sustentado por discursos biológicos que associavam força, resistência e desempenho ao corpo masculino, enquanto atribuíam fragilidade e incapacidade ao corpo feminino. Essa lógica masculinizadora, apoiada na biologia dos corpos e na diferença sexual, serviu para legitimar hierarquias de gênero e justificar a exclusão das mulheres de diversas

modalidades e competições. A inserção feminina no esporte, portanto, representa não apenas um avanço em termos de participação, mas uma ruptura simbólica com essas narrativas que historicamente fundamentaram a superioridade masculina no campo esportivo.

Pessoas correm há milênios. “A evidência mais antiga da existência dessa prática está na representação esquemática de dois corredores em um vaso da civilização micênica do século XVI a.C.” (Yalouris, 2004, apud Dallari, 2009). Contudo, embora a corrida de rua tenha raízes históricas tão remotas, o direito ao esporte, ao incentivo e à plena circulação nos espaços urbanos não foi, ao longo do tempo, igualmente assegurado às mulheres.

A partir dessa contextualização, avanço para a análise específica do cenário municipal. Apresento como as corridas de rua passaram a ganhar espaço em Getúlio Vargas, destacando a consolidação dos eventos, as trajetórias de organização, as características dos percursos e as dinâmicas de participação.

Nesse processo, torna-se central compreender de que maneira a presença feminina modifica, ocupa e ressignifica esses espaços. Ao apropriarem-se das ruas para os treinos e para a circulação cotidiana, as mulheres ampliam sua visibilidade no espaço urbano, tensionam normas historicamente masculinizadas e reconfiguram os usos e sentidos atribuídos aos locais onde praticam a atividade.

Tal apropriação não apenas reforça a legitimidade da mulher como sujeito esportivo, mas também contribui para a transformação simbólica e material dos ambientes urbanos, afirmando novas formas de pertencimento e de exercício do direito à cidade. Em seguida, descrevo o perfil das corredoras que integram essas práticas na cidade, considerando aspectos como nível técnico, gênero, idade, motivações, rotina de treinamento e inserção socioeconômica. Por fim, analiso como esses elementos contribuem para compreender o processo de formação de praticantes e a construção de uma cultura de corrida no contexto local, a partir da apropriação do espaço.

5.1 RUPTURA E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PELAS MULHERES

Dallari (2009) aponta uma crescente participação na prática de corrida de rua nas últimas três décadas e a denomina como um fenômeno sociocultural contemporâneo. A apropriação das ruas para treinos e competições não ocorre de forma neutra, mas carrega significados sociais, culturais e políticos, uma vez que o espaço urbano foi, por muito tempo, organizado a partir de lógicas que privilegiam a circulação e a permanência dos homens, relegando às mulheres papéis associados ao espaço doméstico e privado. Às mulheres, historicamente, foram concedidos espaços condicionados por determinações sociais, não

aqueles que correspondiam às suas escolhas ou desejos, mas aqueles previamente convencionados e regulados pela lógica patriarcal. Corroborando Goellner (2006, p. 90), ao afirmar que “Às mulheres são indicadas formas de comer, de falar, de se divertir, de trabalhar, de se embelezar, de se movimentar, de fazer amor, de se vestir, enfim, de se comportar”.

Conforme Goellner (2006), o esporte constituiu-se historicamente como um dos principais instrumentos de afirmação da masculinidade hegemônica, sendo utilizado para legitimar desigualdades de gênero por meio de discursos que associavam força, resistência e competitividade ao corpo masculino. Nesse sentido, a presença feminina na corrida de rua representa uma ruptura simbólica com essas narrativas, na medida em que o corpo da mulher em movimento desafia concepções biologizantes e normativas que, durante décadas, sustentaram sua exclusão das práticas esportivas e dos espaços urbanos.

No município de Getúlio Vargas, essa ruptura materializa-se na ocupação de ruas, praças e da pista de esporte do município por mulheres que incorporam a corrida à sua rotina. Ao circularem por esses espaços, as corredoras não apenas realizam uma atividade física, mas também constroem novas formas de pertencimento e visibilidade. Como destaca Dallari (2009), a corrida de rua pressupõe o compartilhamento do espaço urbano, exigindo negociação constante com outros usos da cidade. Assim, a presença feminina nesses trajetos evidencia um processo de reconfiguração dos sentidos atribuídos às ruas, que deixam de ser percebidas apenas como espaços de passagem ou de risco e passam a ser reconhecidas como territórios de prática, convivência e afirmação.

A apropriação do espaço urbano pelas mulheres também se relaciona à dimensão do direito à cidade, na medida em que correr implica estar presente, ocupar e reivindicar segurança, mobilidade e reconhecimento, promove o bem-estar de baixo custo e também oportuniza a prática do esporte com flexibilidade de horários, visto que algumas mulheres precisam conciliar tarefas profissionais, maternas, entre outras. Nesse sentido, Goellner (2006, p. 87) afirma que, ao ocuparem os espaços urbanos, as mulheres também contribuem para a transformação da cidade, uma vez que “como uma manifestação urbana em franca expansão, o esporte recheia com entusiasmo as horas de lazer, imprimindo nas cidades a imagem do espetáculo”. Ao se tornarem visíveis nos espaços públicos, as corredoras tensionam normas de gênero que historicamente associaram a rua ao perigo e à inadequação para os corpos femininos. Tal movimento contribui para a resignificação da cidade a partir da experiência das mulheres, ampliando as possibilidades de uso e circulação nesses ambientes.

Além disso, observa-se que essa apropriação não se limita aos eventos esportivos formais, mas se manifesta de maneira contínua nos treinos individuais ou coletivos realizados

em diferentes horários do dia. A formação de grupos de corrida femininos e mistos fortalece redes de apoio e pertencimento, favorecendo a permanência das mulheres na prática e ampliando sua sensação de segurança. Esses coletivos, ao ocuparem regularmente os espaços urbanos, consolidam uma presença que transforma tanto a dinâmica da prática esportiva quanto a percepção social sobre quem pode e deve ocupar a cidade. Em um texto publicado em uma revista de Educação Física, Américo Netto declara:

Foi o esporte que, realmente, modernizou a mulher. Antes delle a vida ao ar livre estava praticamente vedada. Chegava a conhecê-la de longe em longe, é certo, mas só em ocasiões em que os homens cuidadosamente preparavam. E restringiam. [...] Hoje, porém... Tudo mudou. O esporte chamou a mulher para o ar e para o sol. E também para a água, esta irmã gemea do exercício. Desmente-se, assim, a secular legenda do sexo que para ser bello devia ser debil, necessariamente. [...] Graças aos esportes, ella toma o seu quinhão – e que farto quinhão! – na grande vida das actividades physicas. Os habitos novos estão fazendo uma gente também nova. A languidez, tão cara aos românticos, já não existe, quasi. A saúde affirma-se. A vitalidade triumphá. Não há mais lentidões, temores nem desfalecimentos, agora que a mulher aprendeu a empunhar o volante do automovel e do aeroplano, embriagando-se com a velocidade das machinas de correr, ouvindo e entendendo o rythmo Z-bemól dos seus motores. Ella vive hoje mais e melhor porque sente e vibra num rythmo mais rapido, mais largo também [...] (Netto, 1933, *apud* GOELLNER 2006, p. 91).

Correr não era socialmente reconhecido como um esporte feminino, tampouco associado a ideais de elegância e adequação ao corpo da mulher. A inserção feminina nessa prática ocorreu de forma gradual e conflituosa, impulsionada pelas lutas feministas que possibilitaram às mulheres a apropriação de espaços esportivos historicamente controlados. Ao correr, essas mulheres não apenas cuidam de sua saúde e bem-estar, mas também produzem novos sentidos para a cidade, reafirmando-se como sujeitas de direitos e protagonistas na construção e no uso dos espaços urbanos.

Diante dessa perspectiva de ruptura simbólica e de reconfiguração do espaço urbano a partir da presença feminina, torna-se relevante observar como essas dinâmicas se manifestam em contextos locais. Se, de um lado, o direito à cidade e à prática esportiva ainda é atravessado por múltiplas desigualdades de gênero, por outro, experiências concretas demonstram como as mulheres vêm produzindo novos significados para os territórios que ocupam. É nesse sentido que a corrida de rua em Getúlio Vargas/RS emerge como um caso exemplar de resistência cotidiana, ampliação de direitos e visibilidade dos corpos femininos em movimento.

5.2 CORRIDA DE RUA EM GETÚLIO VARGAS/RS

Os eventos de corrida de rua em Getúlio Vargas (RS) são promovidos e organizados pela Prefeitura Municipal desde 2015, por meio das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto, Saúde, Assistência Social e Desenvolvimento Econômico e de entidades parceiras, como a Inspira Eventos, empresa que promove, organiza e metrifica resultados. A mesma promove competições de corrida em trilha, caminhadas rurais e treinos coletivos.

Desde 2022, a Rústica da Cidade de Getúlio Vargas passou a contar com a organização da Inspira Eventos, em parceria com a Prefeitura Municipal, marcando uma nova fase na consolidação do evento no cenário esportivo local (Inspira Eventos, 2022). Essa articulação entre uma entidade especializada na promoção de eventos esportivos e o poder público municipal contribuiu para o fortalecimento e a consolidação da corrida de rua enquanto prática esportiva urbana, ampliando sua estrutura organizacional, sua visibilidade regional e o número de participantes, reforçando o uso e a apropriação do espaço público como lugar de esporte, lazer e sociabilidade, além de incentivar a participação de diferentes faixas etárias e categorias, consolidando-se como uma importante manifestação esportiva no município.

Desde sua primeira edição, em 2015, o evento de corrida pedestre caracteriza-se pela integração e promoção entre esporte, lazer e ocupação do espaço público, tendo como ponto central a Praça Central de Getúlio Vargas, local de largada e chegada e referência simbólica do evento. A prova contempla categorias infantis, adultas e revezamento em duplas, ampliando o acesso da população à prática esportiva e incentivando a participação comunitária e regional. As primeiras edições do evento foram organizadas e promovidas pelo Sesc Erechim, pela ACCIAS e pela Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas, com apoio de diversas instituições locais, demonstrando uma articulação entre poder público, entidades privadas e sociedade civil na promoção do esporte e da saúde (Sesc-RS, 2017). Ao longo de suas dez edições, o evento apresentou variações nos horários de realização, sendo inicialmente promovido no período da tarde, passando, em edições posteriores, para o turno da manhã e, na edição mais recente, em 2025, realizado no período noturno. A Rústica de Getúlio Vargas possui um percurso de 5 km, com largada e chegada no calçadão central do município, percorrendo as principais vias urbanas da cidade. O evento tem mobilizado não apenas corredores experientes do município, mas também um número crescente de participantes amadores provenientes da região, o que amplia a visibilidade de Getúlio Vargas no cenário esportivo regional e fomenta a participação de atletas de outras cidades na prova anual.

As Figuras 4 e 5 são registros da largada da Rústica, realizada no calçadão central do município, local também da chegada da prova de 5 km. Em ambos os registros, referentes às edições de 2022 e 2023, observa-se que homens e mulheres largam simultaneamente. Contudo, os registros fotográficos evidenciam um predomínio masculino nas posições frontais da largada. Nota-se que os homens aparecem em maior número e posicionados à frente, enquanto as mulheres se concentram nas posições de retaguarda, aspecto que revela assimetrias de gênero na ocupação inicial do espaço da prova.

Figura 4 - Largada da 7ª Rústica de Getúlio Vargas/RS (2022)



Fonte: Inspira Eventos, (2022).

Figura 5 - Largada da 8ª Rústica da Cidade de Getúlio Vargas/RS, área central do município



Fonte: Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas, (2023).

A escassez de registros fotográficos e documentais das primeiras edições da Rústica de Getúlio Vargas pode ser compreendida a partir das transformações no uso das tecnologias digitais e das redes sociais, intensificadas sobretudo no início da década de 2020. Diferentemente do período inicial dessas corridas, quando a divulgação e o registro dependiam

quase exclusivamente de iniciativas institucionais ou da mídia local, o uso massivo das redes sociais passou a permitir que as próprias participantes compartilhassem treinos, percursos, resultados e experiências diárias relacionadas à prática esportiva por meio de aplicativos que metrificam seus resultados, os quais possibilitam aos usuários participar de comunidades com corredores do mundo todo. Já na 10ª edição, em 2025, não há disponibilidade de registros fotográficos para fins de análise, uma vez que as imagens produzidas foram destinadas exclusivamente à comercialização para os(as) atletas participantes.

A organizadora do evento incentiva os participantes inscritos, por meio de suas redes sociais, a utilizarem a hashtag **#euvou** (Inspira Eventos, 2025) para a divulgação da corrida nas mídias sociais, estimulando que os(as) atletas compartilhem sua participação como forma de promover o chamamento e o engajamento de simpatizantes do esporte. Essa estratégia dialoga com o que Hollanda (2018, p. 35) denomina de “fenômeno dos microfones-humanos”, entendido como um método de propagação da voz em que o próprio corpo atua como tecnologia de comunicação. Nesse sentido, a corredora, ao publicar seus treinos e sua participação no evento nas redes sociais, torna-se agente ativa da divulgação, ampliando a circulação do evento e contribuindo para sua visibilidade e alcance no espaço digital, conforme destaca a autora: “O modo de expressividade é fundamental para que haja contágio” (Hollanda, 2018, p. 35).

Hollanda (2018) destaca o papel das redes sociais como espaços de visibilidade, mobilização e construção de narrativas coletivas, nas quais experiências individuais ganham dimensão pública e passam a influenciar práticas, comportamentos e formas de pertencimento. Dessa maneira, o uso da hashtag não apenas amplia a divulgação do evento, mas também reforça processos de identificação e incentivo à prática esportiva no espaço urbano, potencializando a circulação de discursos e imagens que legitimam e fortalecem a corrida de rua como prática social.

A Figura 6 retrata a corredora entrevistada (Corredora 1) durante a edição da Rústica noturna de Getúlio Vargas/RS de 2025, no momento em que percorre um dos trechos centrais da prova, passando em frente à igreja matriz do município. A edição de 2025 apresentou uma participação expressiva de mulheres, totalizando 153 inscritas, em contraste com o ano de 2016, quando o evento contou com apenas 14 mulheres participantes. Esse aumento corresponde a um crescimento absoluto de 139 corredoras, conforme a Tabela 4, e a um crescimento percentual aproximado de 993% na participação feminina ao longo do período analisado. A igreja configura-se como um ponto estratégico do percurso em razão de seu valor simbólico,

comercial e da iluminação, considerando que os registros fotográficos desta edição foram produzidos com fins de comercialização aos(as) atletas participantes, o que confere maior visibilidade estética e simbólica ao espaço e aos corpos em movimento.

Conforme destaca Rubio (2013), o esporte se constitui como um campo de produção de sentidos, no qual os sujeitos constroem narrativas sobre si e sobre o mundo, apropriando-se simbolicamente dos espaços que ocupam. Nesse contexto, a corrida de rua transforma o espaço urbano em lugar de experiência, visibilidade e pertencimento.

Figura 6 - Corredora entrevistada (Corredora 1) durante a Rústica noturna de Getúlio Vargas/RS (2025), em frente à igreja matriz do município



Fonte: Acervo pessoal da corredora entrevistada, (2025).

A figura a seguir apresenta a premiação da Rústica de Getúlio Vargas/RS, realizada em 2019. Nessa edição, a participação feminina ainda se mostrava discreta, com o registro de 36 mulheres adultas inscritas no evento, conforme a Tabela 4. As mulheres retratadas na imagem são corredoras do município de Getúlio Vargas/RS, com idades variadas, o que evidencia a diversidade etária presente, ainda que em número reduzido.

Figura 7 - Premiação geral feminina da Rústica de Getúlio Vargas/RS (2019)

Fonte: Acervo pessoal da autora (2019).

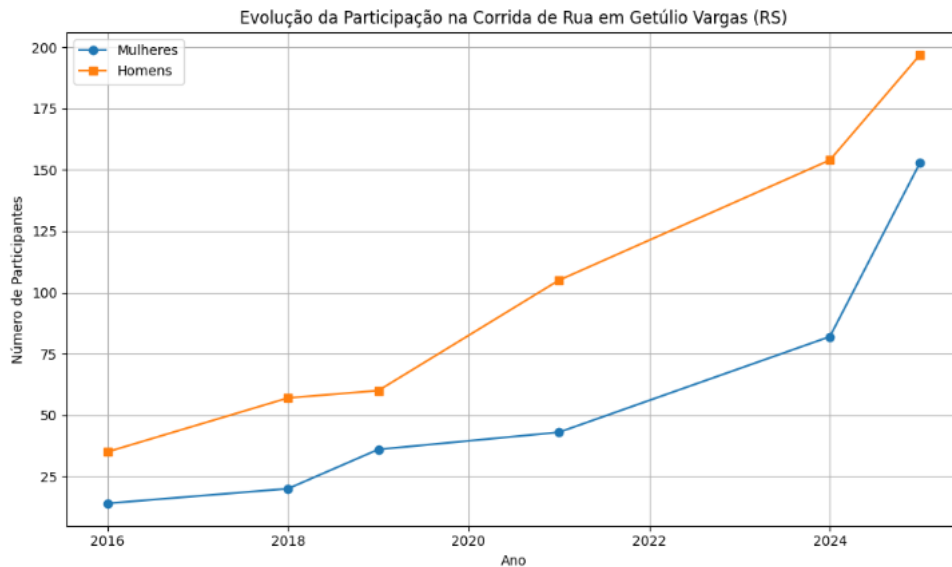
Tabela 1 - Participantes femininos e masculinos acima de 18 anos das edições 2016, 2018, 2019, 2021, 2024 e 2025 da Rústica do município.

Ano	Mulheres	Homens
2016	14	35
2018	20	57
2019	36	60
2021	43	105
2024	82	154
2025	153	197

Fonte: Elaborado a partir dos dados da organizadora do Inspira Eventos, (2026).

Observamos que, ao longo dos últimos nove anos, o crescimento percentual da participação feminina superou significativamente o masculino. Enquanto o número de homens praticamente quadruplicou entre 2016 e 2025, o número de mulheres aumentou em quase dez vezes.

Gráfico 1 - Evolução da participação feminina e masculina em eventos de corrida de rua em Getúlio Vargas



Fonte: Getúlio Vargas/RS entre os anos de 2016 e 2025.

A evolução da participação em eventos de corrida de rua em Getúlio Vargas (RS) ao longo da última década revela transformações significativas nas dinâmicas de gênero no uso do espaço urbano. Em 2016, apenas 14 mulheres participaram das provas, frente a 35 homens. Já em 2025, esse número saltou para 153 mulheres, quase igualando a participação masculina (197). Trata-se de um crescimento de mais de 990% na presença feminina, enquanto o número de homens pouco mais que dobrou no mesmo intervalo.

Os dados evidenciam não apenas o crescimento do interesse das mulheres pela prática da corrida, mas também sua crescente apropriação dos espaços públicos da cidade, desafiando a lógica historicamente patriarcal que restringia o uso das ruas aos corpos masculinos. A expansão da presença feminina nos eventos esportivos é acompanhada por mudanças simbólicas e materiais no território urbano, como a formação de grupos de treino, a reorganização dos percursos para maior visibilidade e segurança e a valorização estética do espaço durante as provas. A corrida de rua torna-se, assim, uma prática que expressa resistência, pertencimento e reconfiguração do direito à cidade pelas mulheres.

Figura 08 –

Figura 8 - Localização do trajeto urbano da Rústica de Getúlio Vargas RS



Fonte: Inspira Eventos (2025).

O crescimento desses eventos e a visibilidade das corridas de rua na cidade refletem uma tendência regional e nacional de ampliação da participação popular nas práticas corporais de corrida, que hoje incluem um número cada vez mais expressivo de mulheres. Esse fenômeno local indica que, em Getúlio Vargas, a ocupação do espaço urbano para a prática esportiva não é apenas uma questão de saúde e lazer, mas também um processo sociocultural que pode ser associado às transformações mais amplas na participação feminina nas corridas de rua, um movimento que, de acordo com Dallari (2009), caracteriza a corrida de rua como um fenômeno sociocultural contemporâneo.

5.3 PERCURSOS, LUGARES DE TREINO E DINÂMICAS ESPACIAIS DA CORRIDA EM GETÚLIO VARGAS

Este item analisa os percursos, os lugares de treino e as dinâmicas espaciais associadas à prática da corrida de rua em Getúlio Vargas (RS), considerando tanto os eventos oficiais quanto as práticas diárias realizadas pelas corredoras no espaço público urbano.

5.3.1 A pesquisadora-corredora e a observação situada

A análise dos percursos utilizados na corrida de rua em Getúlio Vargas (RS), tanto nos eventos oficiais quanto nas práticas cotidianas de treino, fundamenta-se nas observações de campo realizadas ao longo da pesquisa, bem como no olhar crítico e situado da autora deste

trabalho, que é corredora de rua há dez anos no município. Essa condição de pesquisadora e praticante possibilitou um olhar atento e situado sobre as dinâmicas espaciais, os usos do espaço urbano e as transformações temporárias promovidas pela prática da corrida.

Esse duplo pertencimento, como pesquisadora e corredora, possibilitou uma leitura sensível das dinâmicas espaciais da cidade e dos modos como as mulheres (re)significam o espaço urbano por meio da corrida. As observações *in loco* permitem compreender de que maneira as características geográficas e urbanas do município influenciam a escolha dos trajetos, bem como as dinâmicas de apropriação e ressignificação do espaço urbano a partir da prática da corrida. Entre os aspectos considerados estão a definição das ruas a serem percorridas, a escolha dos horários percebidos como mais seguros, a preferência por locais com maior fluxo de pedestres, que contribuem para a sensação de proteção das corredoras, especialmente antes do amanhecer ou ao entardecer, e a busca por vias com menor circulação de veículos, de modo a reduzir os riscos de acidentes.

5.3.2 A Rústica de Getúlio Vargas e a cidade como espetáculo esportivo

A Rústica de Getúlio Vargas possui um percurso de 5 km, com largada e chegada no calçadão, ponto central do município. Os corredores percorrem ruas consideradas estratégicas da cidade (como já mencionado na Figura 8). O trajeto é cuidadosamente planejado de modo a contemplar pontos históricos e locais reconhecidos como cenários privilegiados para registros fotográficos, evidenciando a articulação entre prática esportiva, paisagem urbana e produção simbólica do espaço. Dentre esses pontos, destaca-se a passagem em frente à igreja matriz, cuja iluminação colorida, em verde e azul, especialmente no período noturno, sobressai na composição visual da cidade e contribui para a construção de uma imagem urbana valorizada durante o evento. O calçadão, por sua vez, localiza-se anexo à praça central, recentemente revitalizada, configurando-se como um espaço de centralidade simbólica e funcional para a realização da corrida.

Nesse contexto, o evento esportivo promove uma transformação temporária da cidade, que passa a ser organizada e percebida a partir da lógica do espetáculo. Corrobora Goellner (2006, p. 87), ao afirmar que “como uma manifestação urbana em franca expansão, o esporte recheia com entusiasmo as horas de lazer, imprimindo nas cidades a imagem do espetáculo”. A corrida de rua, assim, não apenas mobiliza atletas amadores e espectadores, mas também ressignifica os usos e os sentidos atribuídos aos espaços urbanos, convertendo ruas cotidianas em cenários esportivos, de visibilidade e celebração coletiva. Fotógrafos são previamente

orientados quanto aos pontos estratégicos do percurso para posicionamento, buscando registrar imagens que valorizem simultaneamente os corredores, articulando-os com a paisagem urbana. Esse cuidado reforça a dimensão estética e midiática do evento, ampliando sua projeção para além do tempo da prova e contribuindo para a circulação simbólica da cidade nas redes sociais e nos meios digitais. Conforme aponta Dallari (2009), a corrida de rua contemporânea ultrapassa a dimensão estritamente esportiva, configurando-se como um fenômeno sociocultural que articula lazer, consumo, visibilidade e apropriação do espaço público.

Nos dias que antecedem o evento, em parceria entre a Prefeitura Municipal e os organizadores da prova, são realizadas ações de limpeza urbana, poda da vegetação e sinalização das vias que compõem o trajeto. Essas intervenções visam garantir melhores condições de circulação, segurança e acolhimento, especialmente para corredores visitantes, evidenciando como o espaço urbano é temporariamente reconfigurado para atender às demandas do evento esportivo. Tal reorganização revela a capacidade da corrida de rua de produzir impactos materiais e simbólicos sobre a cidade, reforçando sua centralidade no calendário esportivo local e sua relevância na dinâmica urbana de Getúlio Vargas.

5.3.3 Treinos cotidianos e estratégias de uso do espaço urbano

No que tange aos percursos de treino diários, as corredoras tendem a priorizar trajetos que ofereçam maior sensação de segurança e conforto. Em diferentes horários do dia, é comum observar corredoras pelas ruas da cidade desde as primeiras horas da manhã. Nas estações de primavera e verão, essa prática ocorre, frequentemente, a partir das 5h, período em que o início da iluminação natural favorece a visibilidade e amplia a percepção de segurança. Já durante o outono e o inverno, quando o amanhecer se dá mais tardiamente, por volta das 6h ou 7h, muitas corredoras ajustam seus horários de treino, aguardando o clarear do dia como estratégia para reduzir riscos e garantir maior tranquilidade durante a prática, especialmente nos momentos em que a cidade ainda apresenta baixo fluxo de pessoas e veículos.

Em outras palavras, a escolha dos percursos, dos horários e até mesmo das estações do ano para o treino revela uma apropriação estratégica do espaço urbano, pautada tanto pelo desejo de autonomia quanto pela preocupação com a segurança e a visibilidade social.

5.3.4 A pista atlética como equipamento multifuncional e construção da via pedestre ciclista

O município dispõe de uma pista atlética localizada em anexo ao Ginásio Municipal Ataliba Flores. Com extensão aproximada de 300 metros por volta, a pista é utilizada tanto por praticantes de corrida quanto para a prática de caminhada. O espaço conta com sistema de iluminação acionado por sensor e bebedouro com oferta de água gelada, água quente e água destinada aos animais, instalado recentemente pela iniciativa privada. O entorno do ginásio municipal também é utilizado para a circulação e o lazer de crianças, que fazem uso do local com bicicletas, bem como da área verde central da pista, compartilhada entre os frequentadores. Além disso, o complexo esportivo dispõe de uma quadra externa de basquete, uma quadra de vôlei de areia e um ginásio coberto. O município utiliza o espaço, ainda, para outras atividades de caráter não esportivo, evidenciando sua multifuncionalidade, e o local vem recebendo melhorias ao longo do tempo, consolidando-se como um importante equipamento público de lazer, esporte e convivência social.

Figura 9 - Ginásio Municipal Ataliba Flores, Getúlio Vargas/RS



Fonte: Acervo Pessoal (2025).

Recentemente, o município revitalizou e ressignificou o acesso centro–bairro por meio da implantação de uma via destinada prioritariamente a pedestres e ciclistas. O percurso tem

início nas imediações do passeio público da Prefeitura Municipal e se estende até o trevo de saída do município, totalizando aproximadamente 800 metros de extensão. Trata-se de um trajeto amplo, bem sinalizado e concebido para garantir maior segurança viária, uma vez que elimina a necessidade de compartilhamento do espaço com veículos automotores, aspecto valorizado por praticantes de caminhada e corrida. Apesar de apresentar condições favoráveis do ponto de vista da infraestrutura física, o uso desse espaço revela limites importantes quando analisado a partir das experiências das mulheres. Por tratar-se de uma via situada no sentido de saída da cidade, o percurso atravessa majoritariamente áreas com baixa densidade residencial, concentrando-se em estabelecimentos comerciais de funcionamento predominantemente diurno. No período noturno ou nas primeiras horas da manhã, o local apresenta escassa circulação de pessoas, ausência de vigilância informal e iluminação pública insuficiente, uma vez que os postes estão localizados majoritariamente no lado oposto da via, não garantindo visibilidade adequada.

Figura 10 - Via pedestre/ciclista utilizada para caminhadas, corridas e ciclismo em Getúlio Vargas/RS.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Essa configuração espacial evidencia que a produção do espaço urbano não é neutra, sendo vivenciada de maneira distinta conforme o gênero, o tempo e o uso, como aponta Massey (2008), ao compreender o espaço como relacional, dinâmico e atravessado por relações de poder. Para as mulheres corredoras, a ausência de iluminação e de fluxos sociais contínuos transforma um espaço potencialmente inclusivo em um território marcado pela insegurança,

limitando sua apropriação cotidiana; portanto, seu uso fica restrito ao período de iluminação solar.

Corrobora Haraway (2009), ao destacar que as experiências são sempre situadas: o corpo feminino, ao ocupar determinados espaços urbanos, carrega consigo historicidades e vulnerabilidades específicas que influenciam as formas de circulação e permanência. Assim, ainda que a via represente um avanço em termos de planejamento urbano voltado à mobilidade ativa, ela não contempla plenamente as necessidades de segurança vivenciadas pelas mulheres, por se observar a falta de iluminação naquele local.

Dallari (2009) contribui ao afirmar que a corrida de rua, enquanto fenômeno sociocultural contemporâneo, depende diretamente das condições urbanas e das políticas públicas que assegurem acessibilidade, segurança e permanência. No caso analisado, observa-se que, embora a via represente uma iniciativa positiva, sua utilização pelas mulheres permanece condicionada ao período diurno, reforçando que a efetiva apropriação feminina do espaço urbano exige não apenas infraestrutura, mas também políticas de iluminação, segurança e planejamento sensíveis às diferenças de gênero.

O centro da cidade, onde se realiza o percurso da Rústica de Getúlio Vargas, também é amplamente utilizado pelas corredoras nos dias de treino. No entanto, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2025), o município possui uma frota superior a 12 mil veículos em circulação, incluindo automóveis, motocicletas e outros meios motorizados. Em horários de maior fluxo, especialmente no início da manhã e no final da tarde, essa elevada circulação de veículos intensifica os riscos de acidentes, obrigando as corredoras a disputar espaço com os carros nas vias urbanas. Ainda segundo o IBGE (2025), Getúlio Vargas possui aproximadamente 16.602 habitantes, e sua configuração espacial contribui para a concentração do tráfego em poucas ruas principais, gerando fluxo intenso justamente nos horários em que muitas mulheres realizam seus treinos. Tal dinâmica evidencia limites importantes para a prática segura da corrida no espaço central da cidade. Com isso, é comum verificar a presença dessas corredoras em estradas rurais do município.

Embora existam outros locais considerados mais seguros para a realização de treinos, como pistas e vias específicas para pedestres, esses espaços nem sempre atendem às demandas de corredoras que realizam percursos mais longos, uma vez que sua extensão reduzida pode comprometer o desempenho e a continuidade do treinamento. Assim, as mulheres acabam tensionando permanentemente entre a busca por segurança e a necessidade de manter a qualidade técnica de seus treinos, o que revela como as condições urbanas e de mobilidade

impactam diretamente a apropriação feminina do espaço urbano para a prática da corrida de rua.

6 CORPO, GÊNERO E ESPAÇO URBANO: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES CORREDORAS EM GETÚLIO VARGAS

Este capítulo apresenta os resultados das entrevistas realizadas com quatro mulheres corredoras no município de Getúlio Vargas/RS, articulando os relatos das participantes às observações de campo e ao referencial teórico que fundamenta a pesquisa. Participaram da pesquisa quatro mulheres cisgênero, corredoras, identificadas ao longo do texto por meio de códigos alfanuméricos (Corredoras 1, 2, 3 e 4), com o objetivo de preservar o anonimato das entrevistadas, bem como de facilitar a leitura, a identificação e a individualidade de cada uma ao longo da análise. Os códigos utilizados combinam informações referentes à idade, cor, estado civil e se possuem ou não filhos, sendo empregadas as siglas B (branca), C (casada), S (solteira), TF (tem filhos) e SF (sem filhos). Isso permite, ao longo do texto, uma leitura mais situada das experiências relatadas, sem comprometer a identidade das participantes.

As entrevistadas são mulheres brancas, com idades de 41, 43, 44 e 24 anos, e residem em Getúlio Vargas/RS. Duas delas, a Corredora 1, maratonista (43 anos), e a Corredora 2 (41 anos), são casadas, trabalham e conciliam a prática da corrida de rua com as responsabilidades familiares, profissionais e maternas. A Corredora 2 é mãe de uma filha adolescente que a acompanha nos treinos, enquanto a Corredora 1 é mãe de duas filhas. Ambas mantêm uma frequência regular de treinos, variando entre quatro e cinco vezes por semana. A Corredora 3, ultramaratonista, com 44 anos, é divorciada, mãe de dois filhos adultos, trabalha e estuda, apresentando uma trajetória esportiva que se destaca pela elevada frequência de treinos, chegando a praticar corrida até seis vezes por semana. Tal regularidade pode ser interpretada pelo fato de seus filhos não demandarem cuidados maternos diários, o que lhe permite conciliar o trabalho, os estudos e os treinos de corrida.

Já a Corredora 4, com 24 anos, é solteira, não possui filhos, trabalha e estuda, e relata dificuldades para conciliar trabalho e formação acadêmica, o que limita e até inibe a regularidade de seus treinos, diferentemente das demais entrevistadas, que conseguem manter uma rotina mais estruturada, apesar dos múltiplos atravessamentos que dificultam a manutenção do regramento da rotina de treinos.

Cabe destacar que, no contexto municipal, não foi identificada a presença de corredoras negras ou indígenas. Observa-se, contudo, a participação de mulheres negras na Rústica do município, oriundas de cidades da região, ainda que em número reduzido. Tal aspecto não pode ser quantificado, uma vez que não há critérios nem campo específico para autodeclaração racial no processo de inscrição do evento, o que limita a análise ao aspecto empírico da autora deste trabalho sobre a composição étnico-racial das participantes. Ressalta-se que a investigação da participação de mulheres negras e indígenas não constitui objetivo desta pesquisa. Ainda assim, a observação dessa ausência foi considerada relevante, pois pode evidenciar possíveis desigualdades raciais e étnicas no acesso, na permanência e na visibilidade das mulheres na corrida de rua, aspecto que dialoga com a perspectiva interseccional adotada no estudo, segundo Collins e Bilge (2021).

As entrevistas foram realizadas no ano de 2026, em datas agendadas, respeitando a disponibilidade das participantes, conforme descrito no Percurso Metodológico. Todas seguiram um roteiro semiestruturado composto por 12 questões, organizado em quatro blocos temáticos: (A) trajetória na corrida de rua; (B) experiências e percepções sobre o espaço urbano; (C) significados atribuídos à corrida; e (D) considerações finais. O roteiro encontra-se apresentado no Apêndice B.

O objetivo deste capítulo é analisar, a partir da escuta sensível e da vivência compartilhada da autora como corredora, as múltiplas dimensões que atravessam a prática esportiva feminina no espaço urbano. Desse modo, a análise assume caráter qualitativo e descritivo, buscando compreender de que modo as experiências corporais e espaciais das corredoras evidenciam dinâmicas de gênero na apropriação do espaço urbano.

A interpretação dos dados foi conduzida de forma dialógica, estabelecendo relações entre as entrevistas, as observações empíricas e os dados de participação em eventos, em diálogo com o referencial teórico sobre gênero, corpo e espaço. Para tanto, são apresentados trechos das entrevistas, incorporando uma leitura situada nas interseccionalidades (Collins e Bilge, 2021), nas experiências espaciais e nas relações de gênero (Massey, 2008; 2024; Goellner, 2003; 2010).

6.1 TRAJETÓRIA DAS ENTREVISTADAS

As trajetórias das mulheres corredoras entrevistadas revelam diferentes formas de inserção na corrida de rua no município de Getúlio Vargas. No decorrer das entrevistas, observa-se que os principais fatores motivacionais para a inserção delas na corrida de rua estão relacionados à busca pela saúde e pelo bem-estar, à sensação de relaxamento proporcionada

pela prática, bem como, em alguns casos, o incentivo de parceiras (os), amigas (os) e grupos de corredoras, conforme relatado pela (corredora 2-B-41-C-TF), *“Foi por incentivo do meu esposo, que ele já corria, e daí eu acompanhava ele e ficava só assistindo, daí me desafiei a correr também.”* e complementa (corredora 1-43-C-TF) *“Eu comecei há cinco anos atrás e comecei com um intuito só, de emagrecer. Eu tive duas gestações em que eu engordei 23 quilos cada uma. E a maternidade faz a gente pausar algumas coisas na nossa vida. A gente tem que parar, tem que dar atenção.”* Embora os percursos individuais apresentem singularidades, cada corredora trás em sua motivação e permanência sua particularidade conforme citado pela (corredora 3-B-44-S-TF) *“Na verdade, eu venho de uma adolescência já metida em esportes, né? Eu sempre gostei. Sempre gostei muito. Mas a corrida em si foi quando, logo depois que eu tive a [...] minha primeira filha. Ah, tu começa a querer fazer umas caminhadas, né? Enfim, mas eu venho de um casamento fracassado com um parceiro que não me deixava fazer nada. Tudo era feio, nada podia tudo era coisa de... Posso falar palavrão? Tudo era coisa de puta, né? Ah, vai correr macho, vai atrás de homem, essas coisas assim. E aí eu sempre fui meio que privada de muitas coisas, né?”*

A declaração da corredora entrevistada desvela como as trajetórias corporais e esportivas das mulheres são produzidas em espaços atravessados por relações de poder, que extrapolam as relações privadas e se estendem no âmbito público. Embora a mesma relate uma vivência esportiva desde a adolescência, a prática da corrida foi limitada no contexto de uma relação conjugal marcada pelo controle e pela deslegitimação do corpo feminino em movimento. Conforme argumenta Massey (2008), o espaço é constituído por relações sociais e de poder, portanto, é permeado por hierarquias e disputas que definem quem pode circular, ocupar e agir. Nesse sentido, a restrição imposta à entrevistada evidencia como o corpo da mulher é espacialmente regulado, sendo associado à imobilidade, ao recolhimento e à vigilância moral do ex-marido.

A retomada da corrida após a maternidade representa, assim, um processo de reapropriação do espaço e de ressignificação do próprio corpo, no qual a mulher reafirma sua presença no espaço urbano e desafia normas de gênero que historicamente vinculam o movimento, a visibilidade e a autonomia ao masculino. *“O meu ex-marido nunca gostou muito disso, não. Então, para não arrumar confusão, eu me submetia ao não praticar, ao não fazer, para evitar brigas. E, na verdade, quando eu me separei, aí eu me senti livre para fazer o que eu quisesse. Inclusive correr. E aí foi que eu comecei. Comecei a praticar e não parei mais. Foi um ato libertador muito bom.”* (Corredora 3-B-44-S-TF). Tal experiência pode ser compreendida a partir da perspectiva interseccional proposta por Collins e Bilge (2021), ao

evidenciar como as opressões de gênero se articulam a dimensões afetivas, familiares e simbólicas, produzindo tanto restrições quanto possibilidades de resistência. A corrida de rua assume, assim, um caráter emancipatório e político, ao permitir que o corpo feminino em movimento questione relações de poder naturalizadas.

Essa construção progressiva da trajetória esportiva dialoga com as reflexões de Goellner (2003), ao compreender o esporte como espaço de produção de sentidos sobre o corpo feminino, bem como com Massey (2008), ao evidenciar que essas práticas se dão em espaços socialmente produzidos e atravessados por relações de poder, espaços planejados, produzidos e apropriados naturalizados por homens.

Em relação à motivação para a prática da corrida de rua, as entrevistas indicam o incentivo de outros(as) corredores(as), bem como da vivência coletiva nos treinos, que se configuram como elementos centrais para a permanência na modalidade, visto que umas motivam as outras. Na maioria dos casos, os treinos ocorrem de forma compartilhada, as corredoras 1 e 2 realizam suas atividades acompanhadas de seus cônjuges e, ocasionalmente, de suas filhas, evidenciando a dimensão relacional da prática esportiva. A corredora 3-B-44-S-TF, por ser maratonista tem uma rotina de treinos com maior rodagem, com volumes semanais entre 80 e 100 km, realiza predominantemente seus treinos de forma individual. Já a corredora 4 reafirma a prática em contextos coletivos e mistos, destacando a importância do grupo como espaço de incentivo e sociabilidade.

Esses relatos corroboram as reflexões de Goellner (2010) e Hollanda (2018), ao mencionarem o esporte como um espaço de produção de identidades e sociabilidades, no qual as experiências corporais femininas são construídas de forma estrutural e cultural e atravessadas por marcadores de gênero. Nessa perspectiva, a corrida de rua se apresenta não apenas como uma prática de atividade física e de lazer, mas como um campo de interação social e reconhecimento de um coletivo que contribui para a permanência das mulheres no esporte e para a ressignificação de seus corpos e trajetórias. Tal análise também dialoga com o conceito de interseccionalidade desenvolvido por Collins e Bilge (2021), ao evidenciar que as vivências das corredoras são moldadas por sistemas de poder interligados, nos quais gênero, corpo e espaço urbano se articulam, produzindo experiências desiguais, mas também estratégias de resistência e afirmação no campo do esporte.

A pergunta “Como você avalia sua participação nas corridas ao longo do tempo?” possibilita compreender a trajetória esportiva das corredoras para além da dimensão quantitativa da prática, permite identificar o processo de permanência e a evolução para maiores distâncias e participação em eventos em outras cidades e estados e também inserção em grupos

e assessorias de corrida. Ao avaliarem sua participação, as entrevistadas evidenciam mudanças na frequência de treinos, na participação em eventos e no envolvimento com grupos e assessorias, aspectos que revelam a construção de vínculos sociais e o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Duas corredoras utilizam planilhas de assessoria esportiva para a organização de seus treinos, enquanto duas não fazem uso desse recurso. No entanto, todas participam de grupos de *WhatsApp* de corredores, os quais são destinados à divulgação de eventos esportivos e à organização de treinos coletivos. No tocante à prática da corrida em grupo, a corredora 1-B-43-C-TF, relata que, especialmente em distâncias mais longas, correr acompanhada proporciona uma sensação de segurança. Segundo a entrevistada, correr sozinha não é uma opção, pois a percepção de risco está diretamente associada à sua condição de mulher e à responsabilidade com as filhas: *“Sozinha, eu não me sinto segura. Então, eu jamais colocaria a minha segurança em jogo. Imagina, minhas filhas, tudo.”* Ela complementa que a viabilidade de realizar distâncias maiores está condicionada à possibilidade de treinar em grupo, *“Por conta desse sonho de fazer essa distância. Quando eu vi que eu teria a possibilidade de estar em segurança e ter pessoas que me mostrariam alternativas e trajetos para fazer tudo isso, aí ficou viável.”*

A permanência e a participação das mulheres na corrida de rua não ocorrem de modo uniforme, sendo atravessadas por diferentes condicionantes sociais e culturais. No caso da corredora 3-B-44-S-TF, sua trajetória esportiva é marcada por restrições relacionadas a situações de ameaça por parte do ex-marido, o que impactou diretamente sua circulação no espaço urbano e a prática da corrida. *“Na verdade, eu corria nos primeiros meses, depois do divórcio, eu corria sob ameaças porque ele fazia questão de pegar o carro e sair para a rua. E me encontrava na rua correndo, caminhando, enfim, praticando a minha atividade. Era o meu momento. Me xingando e me ameaçando que ia me tirar os filhos porque eu estava na rua e não estava em casa cuidando deles.”* (corredora 3-B-44-S-TF)

Esse relato evidencia como a violência de gênero incide sobre o direito das mulheres à cidade, limitando sua mobilidade, autonomia e uso do espaço público. Conforme aponta Massey (2024), o espaço é produzido por relações de poder, e, nesse sentido, o medo e a insegurança funcionam como mecanismos de controle que oprimem e regulam os deslocamentos e os corpos femininos. Além disso, Goellner (2010) destaca que a permanência das mulheres no esporte é frequentemente atravessada por interdições simbólicas e materiais, o que reforça que a participação feminina não depende apenas de motivação individual, mas das condições sociais que possibilitam ou impedem a continuidade da prática esportiva.

6.2 EXPERIÊNCIA E PERCEPÇÕES DAS ENTREVISTADAS SOBRE O ESPAÇO URBANO

Para as mulheres, correr no espaço urbano e rural de Getúlio Vargas/RS implica reavaliar constantemente fatores que extrapolam a dimensão esportiva e envolvem questões relacionadas à segurança, infraestrutura urbana, normas sociais e experiências diárias de medo e opressão. Nesse contexto, a corrida de rua torna-se um importante objeto de análise para compreender como os corpos femininos se inserem, resistem e ressignificam o espaço urbano. Ao abordar os percursos de treino, os locais evitados e as estratégias adotadas pelas corredoras, busca-se evidenciar as barreiras simbólicas, materiais e afetivas que atravessam a experiência feminina na cidade, bem como os processos de pertencimento, autonomia e apropriação do território urbano por meio do esporte. Nesse sentido, Goellner (2010) contribui ao compreender o corpo feminino como uma construção histórica-social e cultural, permanentemente atravessado por relações de poder, enquanto Collins (2021) amplia essa análise ao evidenciar como gênero, espaço e experiências corporais são produzidos de forma interseccional, influenciando diretamente as formas de circulação, percepção de segurança e apropriação do espaço urbano pelas mulheres, o espaço é percebido, ocupado e ressignificado por grupos diferentes de mulheres.

Quando as corredoras precisam escolher percursos para treinos mais longos, considerando que as corredoras 1 e 3 são maratonistas e que a corredora 2-B-41-C-TF, percorre distâncias de até 25 km em trilhas e a 4 apenas distâncias até 10 km, torna-se necessária uma averiguação antecipada dos percursos percebidos como mais seguros e socialmente adequados para a circulação de corpos femininos. No caso da corredora 3-B-44-S-TF, que predominantemente realiza seus treinos de forma individual e ocupa estradas urbanas e rurais, seu relato evidencia sentimentos de medo e insegurança associados a determinados espaços.

Essas percepções podem ser compreendidas à luz das contribuições de Goellner (2010), ao tratar o corpo feminino como um corpo socialmente produzido e historicamente controlado, atravessado por normas e relações de poder que incidem sobre suas formas de circulação no espaço urbano. Com base em Massey (2024) entende-se o espaço não como um dado neutro, mas como uma construção relacional, marcada por disputas, hierarquias e desigualdades que afetam de maneira atravessadas os sujeitos. Ao relatar a necessidade de realizar treinos de longa distância fora da cidade, bem como a exposição a percursos considerados perigosos, a entrevistada afirma: *“E aí eu tenho que fazer treinos de 30, 35, 40. Como fazer nesta cidade? [...] Não tem como eu ficar girando aqui dentro da cidade. Então eu acabo indo para as cidades*

vizinhas. Meus trajetos. Olha, eu faço treino de asfalto, faço treino estrada de chão. Gosto muito de estrada de chão. Às vezes pego a Transbrasiliana, que é um percurso um pouquinho mais perigoso. Já tive alguns sustos, inclusive. Mas não deixei de ir, viu? Mas eu vou igual.” Ao ser questionada sobre o sentido desse perigo, a corredora explicita a dimensão de gênero que atravessa sua experiência ao afirmar: *“Por que não é apropriado para a mulher? Exato. Nada é apropriado para a mulher, né? Nada é apropriado.”* Esse relato evidencia como a percepção de risco e a inadequação dos espaços urbanos para a presença feminina limitam a mobilidade e a prática esportiva, revelando que o medo e a insegurança atuam como mecanismos de controle sob os corpos e do uso do espaço pelas mulheres, esta limitação espacial implica diretamente na *performance* da atleta. Complementa a corredora 1-B-43-C-TF, *“Mas, veja só, a dificuldade que a gente tem de não ter espaço e segurança para treinar para uma maratona, sabe? Isso é um impeditivo na tua vida, vamos dizer, na minha vida.”*

O relato da corredora 1-B-43-TF, reforça a afirmativa de como o gênero atua como um fator determinante na construção de percepções de medo e insegurança no espaço urbano. Ao descrever situações em que a presença de veículos parados no acostamento a faz interromper o percurso quando está sozinha, a entrevistada explicita que a continuidade e conclusão do percurso só se torna possível quando acompanhada por seu marido, o que lhe confere uma sensação de proteção: *“eu só passava desse carro, desse caminhão parado, porque eu sabia que ele estava atrás. Senão, não ia”*. Ao afirmar que *“o nosso corpo é sempre o nosso limitante”*, a corredora revela a consciência de que o corpo feminino é socialmente construído como vulnerável, o que condiciona suas escolhas espaciais e restringe sua mobilidade, e a corredora acrescenta, *“[...] mas tem outras coisas, né? Que a gente tem que tomar cuidado também por lá. É como correr de top.”* a corredora relata que só corre de top de o marido estiver ao seu lado. *“eu só corro de top se o [...] está do meu lado.”*

Conforme aponta Goellner (2003; 2010), os corpos femininos são historicamente produzidos e regulados por discursos e práticas que os situam em posições de controle, vigilância e limitação, especialmente nos espaços públicos. Dessa forma, o medo relatado pela entrevistada não se associa apenas às características físicas do lugar, mas às experiências sociais e simbólicas que atravessam a vivência feminina ao ocupar o espaço urbano para lazer e circulação. Collins e Bilge (2021) contribui para evidenciar que tais experiências são produzidas de forma interseccional, articulando gênero, poder e espacialidade, o que ajuda a compreender por que determinadas práticas como o assédio recaem de forma recorrente sobre mulheres. Nesse sentido, o relato da corredora 3-B-44-S-TF, explicita essa assimetria ao afirmar: *“Eu não consigo entender também por que os homens, eu não ouço os homens*

dizerem: olha, eu fui assediado no treino. Gritaram sobre isso, vieram para mim, me chamaram de gostosa” (corredora 3).

Os relatos das corredoras em relação à segurança no espaço urbano surgem como um elemento central para compreender a permanência e a circulação das mulheres na prática da corrida de rua, a definição de um espaço considerado seguro para correr não se restringe às condições físicas da infraestrutura urbana, mas envolve aspectos subjetivos, simbólicos e sociais que atravessam a experiência de treinos das corredoras. A pergunta “O que considera um espaço seguro para correr?”, permite analisar de como gênero, corpo e espaço se articulam na produção de percepções de risco, medo e vigilância, influenciando diretamente as escolhas dos percursos, os horários de treino e as estratégias adotadas pelas mulheres para se manterem pertencentes e seguras no espaço público.

Quando essas corredoras ocupam as ruas da cidade, passam a ressignificá-lo por meio de suas práticas corporais, compartilhando-o com outros atores sociais. No entanto, a permanência nesses espaços nem sempre ocorre de forma harmoniosa, sendo frequentemente marcada por disputas, especialmente com os veículos automotores. O relato da corredora 2-B-41-C-TF, evidencia como o uso do espaço urbano para a prática da corrida entra em conflito com a lógica predominante do trânsito no espaço urbano, que prioriza a circulação de automóveis em detrimento da mobilidade ativa no seu relato afirma que evita treinar nas avenidas principais aos finais de semana devido ao intenso fluxo de veículos e à falta de respeito por parte dos condutores, a entrevistada revela situações recorrentes de risco, como a dificuldade de atravessar vias e episódios de quase atropelamento. Tais experiências apontam para a insuficiência da infraestrutura urbana e para a ausência de políticas públicas que garantam a segurança de pedestres e corredoras, evidenciando como a cidade ainda se organiza a partir de uma lógica que marginaliza corpos femininos e práticas não motorizadas no espaço público, conforme relato da corredora 2-B-41-C-TF *“Tipo, final de semana, a avenida, não vou, por causa da galera que está sempre ali, o trânsito, que eles não respeitam, tipo, para tu atravessar uma esquina ali, nossa, duas, três vezes, já quase atropelaram eu e a [...], um dia até xinguei um carinha ali, então, assim, é bem complicado. Tipo assim, eles não veem, e mesmo que veem, eles não estão nem aí, se tu não para eles passam em cima mesmo”.*

Complementa a corredora 3-B-44-S-TF, *“Eu tô fazendo a minha atividade. Entende? Que um corredor não incomoda ninguém. Ele não atrapalha ninguém. E eu já falei isso pra uma pessoa. Porque teve uma pessoa um dia, [...] que me falou assim, ó. Se eu te encontrar no asfalto e tiver que escolher entre você, o meu caminhão, você ou o meu carro, eu vou escolher o meu caminhão e o meu carro? Direito. Falei, ótimo.”*

Apesar das ruas principais da cidade serem apontadas como mais seguras pelas corredoras, as entrevistadas relatam situações recorrentes de ameaça à vida e à integridade do corpo feminino que pratica o esporte, xingamentos e ameaças evidenciando que a segurança percebida não elimina os riscos associados à lógica do trânsito e à insuficiência de infraestrutura voltada à mobilidade e a lógica patriarcal. Assim, o espaço urbano, ainda que reconhecido como mais iluminado e movimentado, permanece atravessado por relações desiguais de poder que expõem as corredoras a vulnerabilidades específicas relacionadas ao gênero e à ocupação do espaço público. Isso fica evidente no relato da corredora 1 B-43-C-TF. *“É um espaço em que eu vou correr, eu vou saber que nem um homem passando vai me importunar, se eu tiver de camiseta ou de top. Que nem um carro vai ficar buzinando ou gritando. Coisas que não são legais de escutar, só porque tu tá praticando um esporte. Que não vão ficar te encarando.”*

Evidente nos relatos das corredoras 1 e 3, suas falas convergem ao indicar que a percepção de segurança está diretamente relacionada ao assédio, de olhares invasivos e de abordagens hostis por parte de homens e condutores de veículos. Para a corredora 1, um espaço seguro é aquele no qual pode correr sem ser importunada, independentemente da vestimenta utilizada, sem buzinas, gritos ou encaradas, práticas que reforçam a objetificação do corpo feminino no espaço público. De forma complementar, o relato da corredora 3 evidencia a recorrência de comportamentos agressivos por parte de motoristas, como “tirar fino”, gritar ou questionar a presença da mulher no espaço urbano durante o treino.

“Quem é aquela pessoa que passou e tirou o fininho de você, de carro? Ou que gritou? Ah, tu não tens nada pra fazer? Vai arrumar o que fazer. Sim, eu tenho. Mas ou eu fiz antes de sair, ou eu vou fazer quando eu chegar” (corredora 3-B-44-S-TF)

As respostas à pergunta sobre a necessidade de adaptação dos treinos evidenciam que o gênero condiciona de forma significativa a apropriação do espaço urbano pelas corredoras. O uso preferencial da pista, da ciclovia e das avenidas principais aparece como uma estratégia recorrente de autocuidado, uma vez que esses espaços são percebidos como mais visíveis, movimentados e, portanto, relativamente mais seguros, em suas falas ficou evidente que se sentem seguras somente no período iluminado do dia, amanhecer e anoitecer somente em companhia. Locais mais periféricos, rurais e sem movimentação são evitados e mesmo o ginásio municipal ao anoitecer na percepção de algumas corredoras não é seguro. O relato da corredora 1-B-43-C-TF, explicita bem a situação condicionante de uso destes locais

“Quando eu corro de manhã cedo, mais cedo que o normal, eu penso isso também, sabe? Eu penso, vou dobrar aqui, porque aqui eu já sei que já tem movimento, sabe? Tu tá sempre escolhendo o lugar que tu sabes que já tem movimento. Mas parte, às vezes, de noite, pra ir ao ginásio, tá? Ele tá agora um pouco mais iluminado, enfim. Ali depois, às oito da noite, oito e meia, né? Que dá um... Fica mais escuro, assim. Porque já tem outro tipo de pessoas ali. Tu já vê outro tipo de movimentação.”

No tocante da ciclovía construída a pouco pelo poder municipal observa-se nas falas das entrevistadas aprovação, porém ao observar o horário distinto dos treinos a corredora 2-B-41-C-TF, que tem o hábito de correr em período iluminado aprovou apenas pontuando a extensão da mesma, sugerindo que poderia ser maior conforme seu relato, *“Olha, um espaço seguro para correr, para mim seria, tipo, se tivesse uma ciclovía, que nem ali aquele trecho que eles fizeram ali, nossa, ali ficou ótimo agora. Que tu entras a correr ali na ciclovía, tu não ficas muito ligada no que acontece em volta, né? [...] ali pelo menos a gente não precisa disputar o espaço com os carros.”* Já a corredora 4-B-24-S-SF relata a necessidade de adaptar seus horários de treino em função da baixa luminosidade solar, destacando que a falta de infraestrutura adequada para a ocupação segura do espaço urbano interfere diretamente em sua rotina de treinos, sendo que para ela o local não é percebido como seguro. *“Getúlio agora o ano passado fez uma ciclovía, mas não é uma via segura principalmente à noite ou logo no início da manhã porque não tem muita iluminação.”* e complementa a corredora 1-B-43-C-TF, *“Ali também falta iluminação, né? Então é mais um trajeto que a gente poderia fazer. É sem casas ali, muito mato, enfim, ali realmente dá mais medo, né? Também precisaria iluminação melhor ali, na via ali, que fizeram na ciclovía.”*

A presença de mulheres na prática da corrida de rua, quando comparada à dos homens, revela dinâmicas sociais e espaciais que extrapolam a dimensão esportiva e se articulam às desigualdades de gênero presentes no uso, na apropriação do espaço urbano e no direito à cidade. Tais desigualdades manifestam-se, entre outros aspectos, nas responsabilidades socialmente atribuídas às mulheres, especialmente aquelas relacionadas à maternidade e ao cuidado com a casa, família, e a vida profissional, o que impõe restrições quanto aos horários disponíveis para a prática esportiva. Em razão disso, muitas mulheres acabam concentrando seus treinos em horários específicos, como no início da manhã ou no final da tarde. Soma-se a esse contexto a ausência ou insuficiência de espaços urbanos adequados e seguros, fator que contribui tanto para a redução da frequência dos treinos quanto, em alguns casos, para a desistência ou estagnação na prática da corrida de rua.

Conforme apontam Collins e Bilge (2021), as experiências sociais não podem ser analisadas a partir de um único marcador, mas devem considerar os atravessamentos das relações. A interseccionalidade como um campo analítico que evidencia como diferentes sistemas de poder como gênero, classe, raça e território operam de forma simultânea. *“Mas, veja só, a dificuldade que a gente tem de não ter espaço e segurança para treinar para uma maratona, sabe? Isso é um impeditivo na tua vida, vamos dizer, na minha vida.”* (corredora 01-B-43-C-TF)

Nesse sentido, compreender como as próprias corredoras percebem essa relação torna-se fundamental para analisar as assimetrias de gênero na ocupação dos espaços públicos da cidade.

“Eu procuro correr mais, tipo assim, não muito no centro. Eu gosto de correr mais onde não tem muito movimento e tal, até porque, sei lá, eu não me sinto muito bem onde tem muita gente olhando.” (corredora 2-B-41-C-TF)

Assim, a questão apresentada às entrevistadas buscou identificar suas percepções acerca da presença feminina em comparação à masculina na corrida de rua em Getúlio Vargas/RS, evidenciando experiências, desigualdades e estratégias construídas pelas mulheres para se inserir e permanecer nessa prática esportiva. No tocante compartilhamento de responsabilidade com as filhas a corredora 1-B-43-C-TF, relata que divide os horários com o cônjuge para poder praticar o esporte *“Eu lembro que eu esperava meu marido chegar do trabalho para eu poder fazer a minha corrida.”* Já a fala da corredora 01-B-43-C-TF, evidencia que, além de exercer os papéis de mãe, esposa e profissional da área da educação, a prática da corrida de rua assume um significado central em seu bem-estar físico e emocional, reafirmando a importância do esporte em sua vida. Mesmo diante das múltiplas responsabilidades que lhe são socialmente atribuídas, a entrevistada destaca sua capacidade de conciliar os treinos com os afazeres domésticos e profissionais. Tal relato dialoga com as reflexões de Rubio (2019), ao compreender o esporte como um espaço de construção de sentidos, autonomia e fortalecimento da identidade, especialmente para as mulheres, que historicamente enfrentam processos de invisibilização e sobrecarga de tarefas. *“[...] é uma questão de conquista pessoal, se descobrir uma nova mulher, se descobrir que, além de mãe, você também é uma mulher em potencial, que você consegue fazer outras coisas também. Então, eu vejo que a corrida tem um sentido para cada um. Para mim, tem o meu.”*

A corredora 02-B-41-C-TF, corre acompanhada da filha adolescente que também pratica o esporte, a *“[...] sempre me acompanha, porque se fosse eu sozinha, não sei se eu iria*

para a estrada de chão ali, que a gente sai aqueles trechinhos e tal, o asfalto também, mais para os trevos, não sei se eu iria sozinha.”

A corredora 3-B-44-S-TF, relata que não contava com o apoio do cônjuge para a prática da corrida de rua, o que a levava a conciliar, de forma autônoma, as responsabilidades maternas e laborais para, somente posteriormente, dedicar-se ao esporte, conforme por ela relatado. Essa experiência evidencia como a ausência de suporte nas dinâmicas familiares impacta diretamente a permanência e a organização da prática esportiva feminina, reforçando a sobrecarga de tarefas atribuídas às mulheres. Tal relato dialoga com a experiência da entrevistada ao evidenciar que a prática da corrida de rua, embora dotada de significados positivos, exige constantes negociações com o tempo, o corpo e o espaço urbano. Essas negociações configuram-se como um exercício de resistência diária frente às desigualdades de gênero que atravessam sua vida diária. Conforme aponta Rubio (2019; 2021), o esporte assume um papel fundamental na construção de autonomia, identidade e sentido para as mulheres, ao mesmo tempo em que expõe as assimetrias estruturais que condicionam o acesso e a permanência na prática esportiva. Sob a perspectiva da interseccionalidade, Collins e Bilge (2021) contribuem para compreender que tais experiências não podem ser analisadas de forma isolada, uma vez que gênero, maternidade, trabalho e organização familiar se articulam na produção dessas desigualdades, impactando diretamente a forma como as mulheres vivenciam o esporte e ocupam o espaço urbano. “[...] no final do dia. Porque eu tinha o [...] pequeno, né? E aí ele precisava de mim cedinho. Não tinha como eu acordar tão cedo para sair porque eu também tinha que pegar no trabalho bem cedo.” (corredora-3-B-44-S-TF)

Já a corredora 4-B-24-S-SF, estudante e trabalhadora, solteira e sem responsabilidades maternas, relata suas percepções centradas principalmente no medo associado a determinados locais da cidade e na sensação de segurança proporcionada pela prática da corrida em grupo.

A participação na Rústica do município permitiu que as corredoras compreendessem suas percepções acerca da organização, da visibilidade e do reconhecimento simbólico no esporte local, evidenciando como eventos se configuram como espaços de afirmação ou de tensionamento das desigualdades de gênero. A corredora 3-B-44-S-TF, destaca em sua fala que, apesar de a corrida de rua ser frequentemente associada a valores como simplicidade, acessibilidade e promover a inclusão, na prática evidencia contradições marcadas por exclusões e desigualdades sociais e de gênero. Segundo seu relato, embora a corrida exija poucos recursos materiais, corpo e um par de tênis, nem todos os sujeitos têm as mesmas oportunidades de visibilidade e reconhecimento. A entrevistada problematiza ainda que o destaque no meio da corrida nem sempre está relacionado ao desempenho ou ao mérito esportivo, mas, muitas vezes,

ao “aparecimento” e a critérios externos à prática em si, evidenciando tensões simbólicas e hierarquias presentes mesmo em um esporte considerado democrático.

“[...]infelizmente, no mundo da corrida, também tem as partes feias. Tem coisas ruins que acontecem. Tem coisas que a gente não concorda. Tem as exclusões. Onde deveria ser um esporte para incluir. Porque, afinal de contas, a corrida é... É tão barato correr, né? É tão simples correr.” (corredora 3-B-44-S-TF)

“Tu só precisas do teu corpo. Tu precisas ter um corpo que esteja afim de praticar aquele exercício. E um tênis.” (corredora 3-B-44-S-TF)

“Aí tu comesas a ver quem realmente se destaca. Quem realmente tem a visibilidade. Que, às vezes, nem é tanto por merecimento, mas é por aparecimento.” (corredora 3-B-44-S-TF)

“Tipo, qualquer coisa que acontece durante a corrida ali na trilha, quem passa perguntas, está tudo bem e tal, ninguém se preocupa muito em pace, em colocação, é mais diversão e curtidão mesmo do trajeto. E já no asfalto, como é... Geralmente eu participo de corridas de distância mais curta, tipo rústica, então ali o pessoal vai e não quer nem saber. Se precisar passar por cima, passa, não está nem aí, né?” (corredora 2-B-41-C-TF)

6.3 SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELAS ENTREVISTADAS À CORRIDA

A corrida de rua, para as corredoras entrevistadas, foi descrita como um momento singular de lazer, no qual elas exercem plenamente esse direito diante da pluralidade de compromissos que a vida moderna lhes atribui. Conforme o relato da Corredora 3-B-44-S-TF, a prática representa um tempo próprio, destinado ao cuidado de si, à autonomia e à ruptura, ainda que temporária, com as demandas diárias impostas pelo trabalho, pela maternidade e por outras responsabilidades.

“Eu sei como eu... Às vezes a gente corre chorando. Porque o fardo é tão pesado e o único espaço que se tem é a corrida. Então é ali que a gente deposita tudo. A gente deposita o nosso choro de tristeza, o nosso choro de alegrias, as nossas angústias, a ansiedade. Enfim, sabe? Todos os momentos. Todos os momentos a gente entrega ali.” (3-B-44-S-TF)

Apesar dos relatos de enfrentamentos que atravessam questões de gênero, vestuário, maternidade e a disputa pelo espaço urbano para a prática da corrida de rua em Getúlio Vargas/RS, as corredoras atribuem à experiência sentidos que se traduzem em desafios e vitórias pessoais. Diante das situações de insegurança na prática diária de treinos em determinados lugares da cidade, as entrevistadas afirmam adotar estratégias de adaptação, como ocupar os espaços em horários em que a cidade está em movimento, evitando o período noturno e o período anterior ao amanhecer, de modo a dar continuidade à prática esportiva. Tal postura evidencia que a corrida de rua assume significados que transcendem o simples desejo de correr, configurando-se como uma prática de resistência, de reafirmação e de apropriação da presença feminina no espaço urbano. Essas dinâmicas corroboram as reflexões de Massey (2024), ao compreender o espaço como uma construção relacional marcada por disputas e assimetrias de poder; de Collins e Bilge (2021), que defendem que tais experiências são produzidas de forma interseccional; de Rubio (2021), ao reconhecer o esporte como espaço de construção de sentidos, autonomia e fortalecimento subjetivo; e de Goellner (2013), ao analisar o corpo feminino como social e historicamente produzido, permanentemente atravessado por normas e relações de poder.

Essa atribuição de sentidos à corrida de rua surge de forma concreta nas narrativas das entrevistadas, que expressam, a partir de suas próprias trajetórias, como a prática esportiva ultrapassa dimensões estritamente físicas ou competitivas e se articula a processos de autoconhecimento, afirmação identitária e ressignificação de seus corpos e de seu pertencimento urbano. O depoimento da Corredora 1 reafirma essa compreensão, ao revelar como a corrida assume significados singulares, relacionados tanto à performance quanto à saúde, à autonomia e à redescoberta do lugar da mulher para além dos papéis socialmente atribuídos.

“Eu sou muito feliz com a corrida da minha vida, e eu defendo a ideia de que, para cada um, a corrida tem um sentido. Para uns é performance, é pace, é diminuir a velocidade, enfim. E, para outros, é uma questão de saúde, é uma questão de conquista pessoal, se descobrir uma nova mulher, se descobrir que, além de mãe, você também é uma mulher em potencial, que você consegue fazer outras coisas também. Então, eu vejo que a corrida tem um sentido para cada um. Para mim, tem o meu” (Corredora 1-B-43-C-TF).

Contribui a corredora 2-B-41-C-TF: "A corrida, para mim, é um momento de... sei lá, é uma terapia. Tipo, eu vou correr, eu esqueço de tudo, eu só aproveito o momento."

A experiência relatada pela corredora 2 demonstra que a corrida de rua constitui um espaço de pausa, autocuidado e alívio das tensões cotidianas, sendo associada a sensações de bem-estar e de desconexão momentânea das múltiplas tarefas e responsabilidades socialmente atribuídas às mulheres. Nesse sentido, a prática da corrida ultrapassa seus benefícios físicos e assume um papel significativo na promoção da saúde mental e do equilíbrio emocional.

Essa compreensão é aprofundada na narrativa da corredora 4, que amplia o significado da corrida para além do seu caráter terapêutico imediato, articulando a prática ao contato com a natureza, à construção de sentidos pessoais e aos impactos positivos sobre a saúde mental, conforme expresso no depoimento a seguir:

“A corrida, para mim, também envolve contato natureza, que é algo que sempre esteve presente na minha vida e que eu gosto muito. É algo que a corrida acaba aproximando ainda mais. Além disso, ela cria momentos significativos, faz a gente perceber do que é capaz. Também trabalha muito a questão do autocuidado e ajuda em questões como a depressão. Eu lembro que, quando iniciei na corrida, eu fazia uso de muitos medicamentos. Cheguei a tomar remédio para dormir, porque eu não conseguia descansar” (Corredora 4-B-24-S-SF)

A corredora 4 relata que, ao ocupar o espaço público por meio da corrida de rua, passa a assumir uma identidade social distinta daquela que lhe é conferida em outros contextos de sua vida cotidiana. Esse processo ocorre na medida em que, ao circular de forma recorrente pelos espaços da cidade, esses sujeitos passam a ser reconhecidos e a se reconhecer como parte integrante de um coletivo social, constituído a partir da prática esportiva e da presença no espaço urbano. Esta percepção é expressa em seu relato:

“Se eu olho para as pessoas que me conhecem, eu percebo isso: muitas não sabem minha idade, não sabem exatamente quem eu sou, mas sabem que eu sou ‘a menina ruiva que corre’. Acabaram me identificando pelo meu cabelo e pela corrida. E isso, querendo ou não, acaba motivando outras pessoas. Quantas vezes a gente ia fazer trilha ou participar de grupos, principalmente aos sábados e domingos, e era

reconhecida por isso. A corrida acabou criando uma nova forma de me identificar na cidade.” (Corredora 4-B-24-S-SF)

O depoimento evidencia como a prática da corrida de rua extrapola a dimensão esportiva e se converte em um elemento constitutivo da identidade social da corredora, reconhecida no espaço urbano não apenas por suas características físicas, mas pela relação que estabelece com a cidade por meio do movimento. Conforme aponta Rubio (2021), o esporte configura-se como um campo de produção de sentidos, no qual os sujeitos constroem pertencimentos, narrativas sobre si e formas de reconhecimento social que impactam diretamente sua subjetividade. Nesse contexto, a identificação da corredora como "a menina ruiva que corre" revela como a prática esportiva contribui para a constituição de uma identidade visível e socialmente compartilhada, fortalecendo vínculos comunitários e estimulando processos de motivação coletiva.

Além disso, essa forma de reconhecimento dialoga com as contribuições de Massey (2024), ao compreender o espaço urbano como relacional e continuamente produzido pelas interações entre os sujeitos que o habitam e o atravessam. A presença recorrente da corredora em determinados percursos, horários e contextos faz com que seu corpo em movimento passe a integrar a paisagem urbana, influenciando a maneira como outros atores percebem, significam e ocupam esses espaços. Dessa forma, a corrida de rua reorganiza simbolicamente o espaço urbano, reafirmando a presença feminina e contribuindo para a construção de novas formas de sociabilidade e apropriação da cidade.

A formação de grupos de corrida, especialmente femininos ou mistos, também se mostrou um aspecto relevante nas narrativas das participantes. Esses coletivos fortalecem redes de apoio, ampliam a sensação de segurança e favorecem a permanência das mulheres na prática esportiva. Além disso, promovem a troca de experiências, o incentivo mútuo e o fortalecimento da identidade coletiva entre corredoras, transformando a corrida em um espaço de convivência, acolhimento e pertencimento.

A análise das entrevistas realizadas com as quatro corredoras do município permitiu compreender suas motivações, trajetórias e os desafios enfrentados para permanecerem na prática esportiva, entendida por elas como um momento de liberdade, autocuidado e realização pessoal. Aspectos relacionados à saúde, ao bem-estar, à superação de limites, à qualidade de vida e ao pertencimento social emergem como elementos centrais de suas narrativas, evidenciando a complexidade da experiência feminina na corrida de rua.

Ao mesmo tempo, as entrevistas revelam obstáculos marcados pelas desigualdades de gênero, entre eles o medo da violência urbana, o assédio e a necessidade constante de adotar estratégias de autoproteção durante os treinos. Ainda assim, a permanência dessas mulheres na corrida demonstra resistência frente às limitações impostas socialmente e reafirma o direito feminino de ocupar os espaços públicos de maneira livre e segura.

Diante desse cenário, a corrida de rua em Getúlio Vargas configura-se como um campo privilegiado para compreender as transformações nas relações de gênero e nas formas de apropriação do espaço urbano. A crescente presença feminina amplia a diversidade da prática esportiva e contribui para a construção de uma cidade mais inclusiva, plural e democrática. Compreender como essas mulheres se inserem, permanecem e ressignificam o espaço urbano por meio da corrida permite reconhecer seus corpos como agentes ativos na produção do espaço vivido, atribuindo novos significados aos percursos cotidianos e ampliando as possibilidades de uso da cidade.

As narrativas das entrevistadas evidenciam que a corrida de rua ultrapassa a dimensão do esporte e constitui uma forma de disputa simbólica pelo direito à cidade. Ao ocuparem ruas, praças e demais espaços públicos historicamente marcados por relações de controle, vigilância e desigualdade de gênero, essas mulheres afirmam sua presença como legítimas produtoras do espaço urbano. Nesse sentido, correr transforma-se em um ato cotidiano de resistência, no qual lazer, autonomia e liberdade se articulam para tensionar normas sociais, ampliar a visibilidade feminina e promover novas formas de vivenciar a cidade. Assim, a corrida de rua revela-se não apenas uma prática corporal, mas também uma expressão de emancipação, pertencimento e transformação social no contexto de Getúlio Vargas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Dallari (2009), a corrida de rua consolidou-se como um fenômeno sociocultural contemporâneo, capaz de promover a resignificação do espaço por meio do esporte. Essa compreensão dialoga diretamente com esta pesquisa, cujo objetivo foi compreender a maneira como as mulheres corredoras se inserem, resistem e resignificam o espaço urbano de Getúlio Vargas/RS por meio da prática da corrida de rua, sob a perspectiva da Geografia Feminista e do direito à cidade. Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em entrevistas com quatro corredoras residentes no município e na experiência empírica e situada da pesquisadora enquanto mulher e praticante amadora da modalidade.

Ao longo da pesquisa, dificuldades, adversidades e desafios antes vivenciados de forma individual passaram a ser compreendidos como experiências coletivas, estruturadas por relações de gênero, poder e desigualdade. A partir da escuta sensível das participantes, evidenciou-se que os enfrentamentos relatados estão diretamente relacionados à condição de ser mulher, manifestando-se por meio do assédio, das restrições quanto aos horários e locais de treino, da exposição do corpo em razão do vestuário esportivo e de situações de hostilidade verbal, expressas em ofensas como "desocupada", dirigidas às mulheres que correm em determinados períodos do dia.

Essas vivências, articuladas à reflexão teórica desenvolvida ao longo do estudo, reafirmam que o corpo feminino ainda enfrenta mecanismos de controle simbólico e resistências em sua circulação pelos espaços públicos. Nesse contexto, correr constitui um ato de resistência à invisibilidade social e às desigualdades historicamente impostas às mulheres, afirmando sua presença, legitimidade e direito à cidade.

Ao longo da investigação, foi possível evidenciar que a corrida de rua ultrapassa a dimensão estritamente esportiva e se configura como uma prática social, espacial e política. Ao construir e resignificar espaços, revela disputas simbólicas, desigualdades de gênero e processos de apropriação do espaço urbano, colocando em evidência quem pode ocupar a cidade, em quais condições e com quais significados. Nessa perspectiva, Massey (2008) afirma que o espaço é plural e encontra-se em permanente construção, sendo continuamente produzido pelas múltiplas trajetórias e interações entre diferentes sujeitos.

No que se refere ao significado atribuído à corrida pelas entrevistadas, suas narrativas revelam que essa prática representa muito mais do que exercício físico ou cuidado com a saúde. A corrida emerge como um espaço de liberdade, autonomia e fortalecimento da identidade feminina, no qual ser mulher não significa ocupar uma posição de inferioridade em relação aos

homens. Mesmo diante das múltiplas responsabilidades relacionadas ao trabalho, aos estudos, aos cuidados com os filhos, ao casamento e às tarefas domésticas, as corredoras reorganizam suas rotinas para preservar esse momento como um tempo destinado a si mesmas. Assim, a corrida constitui um espaço-tempo no qual o corpo feminino pode existir para além das lógicas de controle, vigilância e dominação.

Nesse sentido, correr torna-se um ato cotidiano de resistência, por meio do qual o corpo feminino em movimento desafia normas sociais historicamente construídas que limitam a presença das mulheres nos espaços públicos. Dessa forma, a corrida de rua ressignifica o próprio sentido de ser mulher, de ocupar as ruas e de reivindicar o direito ao lazer, ao prazer, à liberdade e à visibilidade.

A relação entre a corrida de rua e os espaços urbano e rural do município revelou, entretanto, que essa apropriação não ocorre de forma harmoniosa ou isenta de conflitos. As entrevistadas relataram desafios relacionados à insegurança, ao medo da violência, ao assédio e à necessidade constante de adotar estratégias de autoproteção, evidenciando desigualdades de gênero profundamente inscritas na organização e no uso dos espaços da cidade de Getúlio Vargas. Goellner (2003) compreende que o corpo feminino permanece socialmente controlado, tendo sua circulação regulada por normas implícitas que produzem medo e restringem a liberdade de movimento.

As experiências narradas indicam que o espaço urbano ainda é marcado por hierarquias que tendem a limitar a circulação feminina autônoma, especialmente em determinados horários e locais. Ainda assim, a permanência dessas mulheres na prática da corrida evidencia processos de resistência e transformação, nos quais a presença feminina tensiona essas estruturas e contribui para a construção de uma cidade mais inclusiva, plural e democrática. Nessa perspectiva, este trabalho contribui para os estudos da Geografia Feminista ao evidenciar o esporte como um campo de disputa, pertencimento e produção do espaço, ampliando o debate sobre o direito à cidade a partir das práticas corporais e das experiências cotidianas das mulheres.

A perspectiva de Haraway (2015) permite compreender essas vivências como conhecimentos situados, produzidos por corpos específicos que experienciam o espaço urbano de maneira desigual. A escuta atenta das entrevistas demonstrou que a presença feminina nas ruas não elimina automaticamente as desigualdades de gênero; ao contrário, torna-as mais visíveis, evidenciando as tensões existentes entre o direito à cidade e as barreiras enfrentadas pelas mulheres para a prática da corrida de rua.

Assim, a presente pesquisa reafirma a importância da produção acadêmica sobre a corrida de rua enquanto prática social atravessada por relações de gênero, contribuindo para dar visibilidade às experiências femininas no contexto urbano e ampliar as discussões acerca da ocupação dos espaços públicos pelas mulheres.

No campo da Geografia Feminista, este estudo evidencia a necessidade de aprofundar as discussões sobre gênero nos espaços de formação acadêmica, reconhecendo que as mulheres praticantes de esportes constituem sujeitos ativos na produção e na ressignificação dos espaços urbanos, bem como na compreensão do esporte como fenômeno social, político e espacial. Debater gênero no contexto da corrida de rua não se trata de uma questão ideológica, mas do reconhecimento de que desigualdades historicamente construídas continuam influenciando quem é incentivado a ocupar os espaços públicos e em quais condições essa ocupação ocorre.

Diante do exposto, compreender como essas dinâmicas são cultural e historicamente produzidas na construção e na apropriação dos espaços urbanos torna-se fundamental para identificar violências naturalizadas que incidem sobre os corpos femininos e, ao mesmo tempo, subsidiar a formulação de políticas e ações que promovam espaços públicos mais seguros, inclusivos e acessíveis para a prática do esporte, do lazer e da convivência pelas mulheres.

REFERÊNCIAS

A FOLHA REGIONAL. **Especial: Getúlio Vargas – 91 anos: Complexo Esportivo Ataliba José Flores**. Getúlio Vargas, [s.d.]. Disponível em: <https://www.afolharegionalrs.com.br/especial-getulio-vargas-91-anos-complexo-esportivo-ataliba-jose-flores>. Acesso em: 20 dez. 2025.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de S. Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 4. ed., 2016.

BRASIL. Biblioteca Nacional. **Encontros literários: o legado de Nísia Floresta e sua luta pela igualdade de gênero**. Brasília, 31 mar. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/eventos/encontros-literarios-o-legado-de-nisia-floresta-e-sua-luta-pela-igualdade-de-genero>. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça. **Guia gênero e feminismo**. Brasília, 2024.

BUARQUE DE HOLLANDA, H. (org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BURIGO, J. **Feminismos Online**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023. Curso on-line. Disponível em: <https://lumina.ufrgs.br/course/view.php?id=100>. Acesso em: 17 out. 2025.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 4. ed., 2011.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de R. Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

DALLARI, M. M. **Corrida de rua: uma aparência sociocultural contemporânea**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FALÚ, A. (org.). **Mujeres en la ciudad: de violencias y derechos**. Santiago de Chile: Red Mujer y Hábitat de América Latina; Ediciones SUR, 2009.

GOELLNER, S. V. **Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história**. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 85-100, 2005.

GUIMARÃES, M. F. Trajetória dos feminismos: introdução à abordagem de gênero. In: CASTILLO-MARTÍN, M.; OLIVEIRA, S. **Marcadas a ferro**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 77-92.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 3. ed., 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 5. ed., 2003.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LERNER, G. **A criação do patriarcado**. São Paulo: Cultrix, 2019.

MASSEY, D.; PASTI, A. Geometrias do poder e a conceitualização do espaço. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 14, n. 1, p. 237-246, 2024.

PEREZ, O. C.; RICOLDI, A. M. A quarta onda feminista no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 3, 2023.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

RUBIO, K.; SIMÕES, A. C. De espectadoras a protagonistas: a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. *Movimento*, v. 5, n. 11, p. 50-56, 1999.

RUBIO, K.; VELOSO, R. C. As mulheres no esporte brasileiro: entre os campos de enfrentamento e a jornada heroica. *Revista USP*, n. 122, p. 49-62, 2019.

SWITZER, K. **1967 Boston Marathon: the real story**. 2017. Disponível em: <https://kathrineswitzer.com/1967-boston-marathon-the-real-story/>. Acesso em: 16 dez. 2025.

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação do direito das mulheres**. Tradução de I. P. Motta. São Paulo: Boitempo; Iskra, 1. ed., 2016.

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista – Mulheres Corredoras em Getúlio Vargas/RS

Objetivo geral: Compreender como a experiência da corrida de rua ressignifica o direito à cidade para mulheres corredoras.

Perfil da participante: mulher adulta, praticante de corrida de rua no município.

A. Início da entrevista

- Apresentação da entrevistadora e da pesquisa.
- Esclarecimento sobre a confidencialidade das informações.
- Solicitação de autorização.

Pergunta da Entrevista	Justificativa / Objetivo
1. Como e quando você começou a praticar corrida de rua?	Investigar a trajetória pessoal da participante, compreendendo motivações iniciais e marcos biográficos da inserção no esporte.
2. O que te motivou a iniciar essa prática?	Identificar os sentidos atribuídos à corrida e as condições sociais, emocionais ou culturais que impulsionaram essa escolha.
3. Como você avalia sua participação nas corridas ao longo do tempo?	Observar a evolução da prática e o engajamento em eventos, indicando inserção em redes esportivas e possíveis mudanças na percepção de pertencimento.
4. Quais são os trajetos que você costuma percorrer nos seus treinos?	Localizar espacialmente a prática no território urbano e identificar quais zonas são (ou não são) apropriadas pelas mulheres.
4.1. Quais locais você evita? Por quê?	Compreender barreiras simbólicas, materiais ou afetivas na vivência da cidade – medo, assédio, iluminação, fluxo de carros, etc.
4.2. O que considera um espaço seguro para correr?	Avaliar critérios de segurança subjetiva e sua relação com infraestrutura e percepção de risco.
5. Você sente que precisa adaptar seus treinos por ser mulher?	Analisar como o gênero condiciona a apropriação do espaço urbano e impõe estratégias de autocuidado, controle ou limitação.

Pergunta da Entrevista	Justificativa / Objetivo
6. Como você percebe a presença de mulheres em comparação com a de homens na corrida de rua na cidade?	Explorar desigualdades de gênero na visibilidade e participação esportiva no espaço urbano.
7. Você já participou da Rústica de Getúlio Vargas? Como foi essa experiência?	Observar a relação das mulheres com eventos oficiais, sua percepção da organização e do reconhecimento simbólico no esporte local.
8. O que a corrida representa para você no seu cotidiano?	Investigar os sentidos subjetivos da prática: saúde, autoestima, prazer, resistência, sociabilidade.
9. Você sente que a corrida contribui para ocupar a cidade de uma forma diferente?	Entender como a prática pode romper lógicas hegemônicas de uso da cidade e reafirmar o direito à cidade.
10. A corrida de rua transforma o jeito como as mulheres se relacionam com a cidade? De que forma?	Sintetizar os efeitos simbólicos, espaciais e políticos da prática esportiva na vida cotidiana das mulheres.
11. Você gostaria de deixar algum comentário ou reflexão final?	Abrir espaço para emergências espontâneas e valorizar o ponto de vista situado da entrevistada.
12. Podemos entrar em contato novamente?	Garantir abertura para acompanhamento e validação ética da pesquisa.

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto:

Corpo, Cidade e Corrida de Rua: Experiências Femininas em Getúlio Vargas/RS

Pesquisadora:

Patrícia Lautert, acadêmica do curso de Geografia – Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim.

Orientadora:

Profa. Dra. Paula Vanessa de Faria Lindo, UFFS – *campus* Erechim.

1. Apresentação da pesquisa:

Você está sendo convidada a participar da pesquisa acima mencionada, que tem como objetivo analisar como a corrida de rua em Getúlio Vargas (RS) ressignifica o direito à cidade a partir das experiências das mulheres que praticam essa atividade. A pesquisa busca compreender as relações entre corpo, espaço urbano e gênero.

2. Procedimentos:

Se você aceitar, será convidada a participar de uma entrevista presencial ou remota, com duração estimada de 30 a 60 minutos. As perguntas tratarão de suas experiências com a corrida de rua, percepções sobre a cidade, segurança, motivação, barreiras e aspectos relacionados à vivência de ser mulher nesse contexto.

A entrevista será gravada, com seu consentimento, e posteriormente transcrita para fins de análise acadêmica.

3. Riscos e benefícios:

Os riscos envolvidos são mínimos, relacionados à possível exposição de opiniões pessoais. Você poderá se recusar a responder qualquer pergunta e interromper sua participação a qualquer momento, sem prejuízo.

Não há benefícios diretos, mas espera-se que os resultados contribuam para reflexões sobre a ocupação do espaço urbano pelas mulheres e o papel do esporte na construção de cidades mais seguras e inclusivas.

4. Sigilo e confidencialidade:

Todas as informações fornecidas serão tratadas com confidencialidade. Seu nome não será divulgado, e a identidade será preservada por meio do uso de pseudônimos (um nome que você poderá escolher se desejar). Os dados coletados serão usados exclusivamente para fins acadêmicos.

5. Esclarecimentos e dúvidas:

Você poderá esclarecer dúvidas a qualquer momento com a pesquisadora ou com a orientadora, pelos seguintes contatos:

- Patrícia – e-mail: patricia.piotrowsky@estudante.uffs.edu.br
- Profa. Paula Lindo – e-mail: [\[paula.lindo@uffs.edu.br\]](mailto:paula.lindo@uffs.edu.br)

6. Consentimento:

Declaro que fui informada sobre os objetivos, métodos, riscos e benefícios desta pesquisa, e que minha participação é voluntária.

Ao assinar este termo, autorizo a utilização das informações fornecidas na entrevista para fins acadêmicos, de forma anônima, podendo desistir a qualquer momento.

Nome da participante: _____

Assinatura: _____

Data: ____ / 01 / 2026